

LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

CINTIA RODRIGUES DOS SANTOS

FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE ESTADUAL DE PARINTINS NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MIAMI, FLÓRIDA

2022

CINTIA RODRIGUES DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE ESTADUAL DE PARINTINS NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Petian Pimenta Bono Rosa.

.

MIAMI, FLÓRIDA

2022

Cintia Rodrigues dos Santos
**Formação Docente da rede Estadual de Parintins na Perspectiva da Educação
Inclusiva**

O presente trabalho em **nível de Mestrado** foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Caroline Petian P. Bono Rosa – Orientadora e Presidente da Banca

Logos University International

Prof. Dr. Eduardo Fofonca

Logos University International

Profa. Dar. Gabriela Maffei Moreira Malagoli

Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

MIAMI, FLÓRIDA
2022

RESUMO

Esta pesquisa trata sobre questões pertinentes ao processo de inclusão educacional e de adaptação curricular para garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Por meio da mudança educacional defendida atualmente, através da Educação Inclusiva vem sendo possível atender as singularidades dos alunos com deficiências, principalmente se fizer o uso das tecnologias assistivas. A pesquisa teve como objetivo geral contribuir para a ressignificação da formação de professores da rede Estadual de Parintins, AM, para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão. A linha de pesquisa teve como foco a teoria e prática na formação professores na área da Educação Inclusiva. Sendo assim, também se investigou a formação de professores e as práticas pedagógicas, contextualizando-as por meio da reflexão crítica e dialogicidade da construção de teorias. Do tema, para tanto, dentre as reflexões que se colocam, destacam-se: Quais práticas pedagógicas norteiam a formação dos docentes da rede Estadual de Ensino do Município de Parintins? A prática que o professor utiliza, favorece a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial? Como os professores estão enfrentando os dilemas impostos pelo contexto atual fazendo uso do ensino remoto? E que dilemas mobilizam suas ações pedagógicas? A referida pesquisa, ancorou-se na necessidade de um maior aprofundamento do tema junto aos participantes, dado a especificidade das questões. Assim, foi realizada a abordagem quali-quantitativa, com a aplicação de um questionário fechado, tendo como procedimento aspectos hermenêuticos, haja vista que o mesmo trabalha com a interpretação que, por sua vez, interpretam o mundo em que vivem, ou seja, a partir de suas experiências. Para a construção dos dados participaram 10 (dez) professores da rede estadual de ensino. Espera-se, com esse trabalho científico, sensibilizar a comunidade escolar em seu processo educacional para a ressignificação da formação de professores da rede Estadual de Parintins, Amazonas, para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas educacionais de inclusão.

Palavras-chave: Formação de professores. Adaptação Curricular. Inclusão educacional.

ABSTRACT

This research deals with issues related to the process of educational inclusion and curriculum adaptation to ensure the inclusion of students with special educational needs. Through the educational change currently defended, through Inclusive Education, it has been possible to meet the singularities of students with disabilities, especially if they make use of assistive technologies. The general objective of the research was to contribute to the redefinition of teacher training in the State network of Parintins, AM, for the development of cultures, policies and practices of inclusion. The line of research focused on theory and practice in teacher training in the area of Inclusive Education. Therefore, teacher training and pedagogical practices were also investigated, contextualizing them through critical reflection and dialogicity of theory construction. Regarding the theme, therefore, among the reflections that arise, the following stand out: What pedagogical practices guide the training of teachers in the State Education Network of the Municipality of Parintins? Does the practice that the teacher uses, favor the learning of students target audience of Special Education? How are teachers facing the dilemmas imposed by the current context using remote teaching? And what dilemmas mobilize your pedagogical actions? This research was anchored on the need for a deeper understanding of the theme with the participants, given the specificity of the questions. Thus, a qualitative-quantitative approach was carried out, with the application of a closed questionnaire, having hermeneutic aspects as a procedure, given that it works with the interpretation that, in turn, interpret the world in which they live, that is, the from their experiences. For the construction of the data, 10 (ten) teachers from the state education network participated. It is hoped, with this scientific work, to sensitize the school community in its educational process for the redefinition of the formation of teachers of the State network of Parintins, Amazonas, for the development of cultures, policies and educational practices of inclusion.

Keywords: Teacher training. Adaptacion curriculum. Educational inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
1.1 JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA	13
CAPITULO I	14
1 UM CÉREBRO APRENDENTE.....	14
1.1 (Re)planejando caminhos possíveis	14
1.2 Incluindo uma igualdade diferente.....	25
1.3 Formação Continuada e as Diretrizes Escolares	29
CAPITULO II.....	37
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	35
2.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR.....	35
2.2 O Atendimento Educacional Especializado em tempo de Pandemia.....	44
2.3 O Trabalho colaborativo na Educação Especial.....	53
CAPITULO III.....	63
3 PERCURSO METODOLÓGICO	63
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	64
3.1.1 Contexto da Pesquisa	65
3.1.2 Sujeitos da Pesquisa	66
3.1.3 Material	67
CAPITULO IV	68
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	68
4.2 PRIMEIRO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	68
4.3 SEGUNDO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES.....	91
ANEXOS.....	93

1 INTRODUÇÃO

A Formação Docente sempre foi um desafio, e na Amazônia, esse desafio é maximizado pelas condições de trabalho docente e falta de acompanhamento e apoio no seu trabalho. Muitos dos professores que atuam nas escolas na Amazônia não tiveram formação continuada na área de atuação desde sua inserção na profissão, o que às vezes ocorrem são palestras, cursos de curta duração, ou mesmo participação em cursos de especialização pagos pelos cursistas, mas que, muitas vezes, não são na área que trabalham, ou seja, no pedagógico ou nos componentes que trabalham.

Isso não quer dizer que esses momentos formativos não contribuem na formação e motivação dos professores, mas são irrisórios diante da realidade que vive a docência da Educação Básica na Amazônia, por isso é preciso reinventar a formação continuada da docência que vive a diversidade atual.

Diante disso, é importante destacar que a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com as suas potencialidades e necessidades. Nota-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional, transformação de ideias, de atitudes e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo como também no didático-pedagógico (ALVES, 2003).

A adoção do ensino remoto durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19) trouxe à tona dificuldades dos atores do sistema de educação público com a prática. As Secretarias de Educação tiveram de se adaptar para oferecer aulas pela internet, pela TV, por aplicativos, por mensagens e por redes sociais, nossas escolas e professores tentam manter contato com os alunos de todas as formas. Mediante a este contexto que estamos vivendo, os estudantes e familiares reclamam da falta de acesso à internet, da falta de local adequado para estudos em casa, da falta de contato presencial e material adaptado para nossos alunos, principalmente para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Como a pandemia avança de maneira diferente dependendo da região do país e até mesmo dentro de um Estado quicá um Município, é razoável pensar, diante de todos os cuidados que precisam ser tomados para que as escolas não virem foco de contaminação, que alunos ainda vão ter que conviver por mais tempo com as aulas

remotas. Com isso, o que era emergencial precisa ser encarado de forma mais consistente, de olho nos impactos de longo prazo no processo ensino aprendizagem.

De acordo com o depoimento de Lúcia Dellagnelo, diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), a experiência atual de ensino remoto mostra que a política educacional precisa contemplar o ensino híbrido como modalidade oferecida por todas as escolas. Agora foi a pandemia, mas pode haver eventos climáticos e outros motivos para ter que fechar a escola. Além disso, o ensino híbrido amplia as experiências de aprendizagem dos jovens e aproxima a educação da maneira como vivem hoje, permeada pelas tecnologias.

Diante deste cenário, eis que percebemos o real valor da figura do professor e da evolução da sua práxis. É preciso motivar os alunos intrinsecamente para que eles se mantenham conectados com a escola e, conseqüentemente, com o processo de aprendizagem. Isso vai exigir do professor e do aluno o desenvolvimento de competências e habilidades que são muito sofisticadas, tanto para o aluno aprender como para o professor ensinar e no meio de tudo isso a adaptação de materiais irá subsidiar uma educação sistêmica.

Uma formação voltada para uma educação transformadora, que envolva a comunidade e os alunos com seus aspectos sociais, econômicos, da violência, e de toda essa complexidade, que as disciplinas isoladamente não conseguem dar. Uma formação que permita sair da lógica das séries, das disciplinas, das aulas de 50 minutos, dos ciclos etc. Uma formação que utilize as metodologias necessárias para habilitar os profissionais da educação para que os mesmos tracem suas estratégias e promovam as suas mudanças, levando para seu alunado as coisas que têm valor para a aprendizagem daquela comunidade escolar, que ajudem a entender o que aquela comunidade e principalmente o aluno como objeto principal precisa e com isso a construir as soluções devidas.

Mas o grande aprendizado deste período está realmente nas diferenças de contexto entre alunos, professores e escolas. As desigualdades são multidimensionais, o que faz com que sejam mais intensas para alguns alunos do que para outros, mesmo entre estudantes que frequentam a mesma escola e moram no mesmo bairro, uma vez que são determinadas por suas condições sociodemográficas.

Atualmente, estamos enfrentando o contexto da pandemia do COVID 19 (iniciada no Brasil em 2020), onde somos desafiados a todo instante a mudar nossas

ferramentas de trabalho, a cada dia uma novidade e um enfrentamento de dilemas. Com tudo isso percebemos que o livro didático não pode ser mais fonte única de aprendizado, a relação professor e aluno deve ser cada vez mais significativa e com significados para ambos para se trabalhar o espaço vivido, percebido e concebido. Sendo assim, a memória será uma habilidade predominante do processo de aprendizagem educativa.

Assim, a inclusão não é simplesmente estar na sala com os outros estudantes, é estar lá e poder aprender no seu nível de capacidade. Conhecer a realidade, reconhecer as diversidades é um passo fundamental para o trabalho em educação. Escola inclusiva se faz diariamente.

Esta dissertação se divide em dois capítulos. No primeiro capítulo abordamos um cérebro aprendente (re)planejando caminhos possíveis onde nossa base é a compreensão neurobiológica da aprendizagem na formação do professor, trataremos também sobre Incluindo o Diferente e por fim nossas falas é sobre a Formação Continuada e as Diretrizes escolares.

No segundo capítulo trataremos sobre a qualificação profissional – a importância da formação continuada do professor. Pois as transformações sociais é que geram transformações no ensino. Também falamos sobre o Atendimento Educacional Especializado em Tempo de Pandemia do COVID-19 e seus desafios na oferta do ensino e na aprendizagem das pessoas com deficiência e como também, do trabalho colaborativo na Educação Especial.

Portanto, as práticas pedagógicas para a superação de desafios de aprendizagem no cenário atual não é mais uma ação emergencial. Temos que nos reinventar para desafios, que são imensos. Engajamento, apoio socioemocional e as vivências devem ser vividas de forma colaborativa. Gerir gente é um desafio maior do que gerir processos ou projetos, porque pessoas estão na base de tudo isso e pessoas público – alvo da Educação Especial mais ainda. Todas as estratégias do mundo falham se as pessoas, em especial nos referimos aos profissionais da educação não estiverem dispostos a coloca-los em prática.

As estratégias pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados por educadores com a finalidade de atingir os objetivos propostos. Isso significa pensar em aulas desafiadoras para todos, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares.

Com a construção de um currículo flexível e adaptado à realidade dos estudantes, objetiva-se não apenas a permanência destes em sala de aula, mas sobretudo um real avanço do potencial de aprendizado. O professor deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala de inclusão não estamos falando somente de pessoas com deficiência e sim de escolas, pois a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para uma sociedade justa com todos e para todos.

Por isso que é imprescindível que os profissionais da educação busquem capacitação, participem de formação inicial e continuada, afim de proceder à mediação ao receber alunos com Deficiência, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada ser humano.

Estar em contato com seu modo de aprender, com sua singularidade, pode dar ao professor melhor acolhimento e compreensão das singularidades neste processo de aprendizagem. Assim, como aperfeiçoar o conhecimento específico, conhecer teorias pedagógicas e técnicas didáticas bastantes variadas é fundamental. O professor que participa de atividades de formação pode refletir sobre suas práticas e trabalho diário. Além disso, o processo de educar, a prática desenvolvida pelo professor pode ser caracterizada como função social, sendo o educador o principal agente do processo educacional. A formação continuada emerge então como uma necessidade da profissionalização.

O processo de formação do professor engloba a interação entre o conhecimento teórico e prático, fazendo-o desenvolver habilidades para saber lidar com as diferentes situações que surgem na atuação da prática docente. As dimensões pessoal, profissional e organizacional devem ser consideradas aspectos necessários a formação de profissionais da educação, já que os saberes docentes provem de várias e diversificadas fontes, o que requer uma atitude de compromisso do professor, no sentido de considerar um conjunto de decisões que são chamados a tomar no seu dia a dia, dentro da sala de aula e no contexto da organização escolar.

Desta forma, a formação continuada apresenta-se como fator relevante para uma atuação repleta de significação, possibilitando ao educador maior aprofundamento dos conhecimentos profissionais, adequando sua formação as exigências do ato de ensinar, levando-os a reestruturar e aprofundar conhecimentos adquiridos na formação inicial. Nesse sentido, afirma Sacristán (1995, p.63)

“Entendemos por profissionalização a afirmação do que é específico na ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor. ”

A Educação Inclusiva não é simplesmente tornar as escolas acessíveis. Trata-se de ser proativo na identificação de barreiras e obstáculos que estes alunos encontram na tentativa de acesso a oportunidades de educação de qualidade. Tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional nas escolas públicas nas salas de aula comuns. Promover a inclusão social e a garantia de direitos através da educação onde a mesma irá aproximar os alunos, de forma que aprendam a lidar com o diferente com mais empatia e espírito de colaboração.

1.1 JUSTIFICATIVA

A escola, considerada como espaço privilegiado de construção de conhecimentos e de desenvolvimento de valores, pode e deve ter como uma de suas propostas contribuir para a transformação da sociedade no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática. Um espaço democrático, em essência, deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas.

Na perspectiva da Inclusão, as diferenças são vistas como um grande recurso a ser explorado na relação pedagógica, enriquecendo, assim, a trajetória curricular de todos os sujeitos desta relação. Muitas vezes não sabemos como devemos nos comportar quando nos deparamos com uma pessoa com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia e este trabalho tem como objetivo mostrar o desenvolvimento do professor dentro da sala de aula com esse alunado.

Ensinar, pois, não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção. Contudo, quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender (FREIRE, 1991). Assim, é o processo inclusivo: uma troca constante de saberes empíricos e acadêmicos.

O conceito de formação é tomado aqui, não só como uma atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas também como ação vital de construção de si próprio (NÓVOA, 1995). Envolver o paradigma de

inclusão no processo cotidiano de formação significa encontros com as relações de pluralidade, uma vez que:

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOITA, 1992, p.115).

A linha de pesquisa utilizada teve como foco a teoria e prática na formação professores na área da Educação Inclusiva, níveis e modalidades da escolarização contemporânea. Como também irá investigar a formação de professores e as práticas pedagógicas, contextualizando-as por meio da reflexão crítica e dialogicidade da construção de teorias.

No âmbito dos processos educacionais escolares e não escolares, vislumbram pesquisas em diferentes modalidades e contextos presenciais e virtuais de aprendizagem, que, contemporaneamente, integram tecnologias com o objetivo de estabelecer práticas pedagógicas e metodológicas inovadoras. Problematisa, ainda, questões que relacionam as dimensões que possibilitam uma formação emancipatória, cidadã e dialógica de professores e propõe a discussão de tais processos formativos, também, em pesquisas que direcionam o olhar para as relações da diversidade de aprendizagem (e suas dificuldades) dos sujeitos aprendentes.

E cada vez mais é preciso saber identificar as dificuldades e ganhos desse processo em que o aluno irá vivenciar seja ele com este ensino remoto ou híbrido resultante desta pandemia mundial.

Diante do exposto, o presente trabalho justifica-se pelo ato de refletir sobre a formação docente para a Educação Inclusiva, tendo como referência básica a legislação nacional específica do MEC e os resultados de pesquisas foram realizadas no Município de Parintins no Estado do Amazonas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Contribuir para a resignificação da formação de professores da rede Estadual de Parintins para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão educacional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender os saberes necessários à atividade docente na perspectiva da Educação Inclusiva.
- Contextualizar como são realizadas as adaptações de materiais pedagógicos.
- Estimular a interação cognitiva e social.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A forma como o professor ensina se constitui em fator da maior importância para que o aluno aprenda e desenvolva suas potencialidades. O professor que não atualiza a sua prática pedagógica de acordo com as necessidades práticas do aluno e da sociedade, pode contribuir para prejudicar o desempenho acadêmico.

Diante do exposto pergunta-se:

Quais práticas pedagógicas norteiam a formação dos docentes da rede Estadual de Ensino do Município de Parintins, de modo a favorecer a aprendizagem dos alunos que são público alvo da Educação Especial?

Com esse questionamento visa-se identificar quais são as necessidades e expectativas relacionadas à formação continuada no momento em que se encontram na carreira docente e como os professores estão enfrentando os dilemas impostos pelo contexto atual fazendo uso do ensino remoto. Enfim, para compreender como esses dilemas mobilizam suas ações pedagógicas.

CAPÍTULO I

1. UM CÉREBRO APRENDENTE

1.1 (Re)planejando caminhos possíveis

Primeiramente, vamos fazer um breve histórico da Educação Especial afirmando que toda pessoa, com deficiência ou não, tem direito à educação ofertada através das instituições escolares públicas e privadas. Estas instituições de ensino têm papel fundamental na educação do ser humano desde sua infância promovendo seu desenvolvimento pessoal, transmitindo conhecimento e forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres perante a sociedade. Atualmente vimos uma realidade onde muitas crianças com necessidades especiais ainda ficam à margem desse direito, pois muitas não têm acesso a escola regular de ensino e são atendidas exclusivamente nas instituições especiais específicas de Educação Especial.

De acordo com a LDB (2017, p. 41) atualizada, a Educação Especial corresponde a modalidade de educação escolar deve ser ofertada pelo Estado na rede regular de ensino para os alunos deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, iniciando a partir da educação infantil e estendendo-se ao longo da vida.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (SEESP/MEC, 2007).

Nesse sentido, é importante a visão da Educação Especial como uma maneira de promover a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais em escolas regulares de ensino, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases o atendimento educacional desses alunos será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reafirma que:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento

educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008, p. 17)

Em virtude disso, compete ao poder público vigente cumprir o que a lei determina, ofertando este ensino a todos os discentes das escolas, referente às condições de acesso e igualdade de condições. A desigualdade se apresenta na falta de investimento em infraestrutura física e pedagógica para atender a demanda de alunos deficientes, onde muitas escolas não têm sala de recursos e materiais pedagógicos para ajudar no seu desenvolvimento escolar, respeitando a singularidade humana. Dessa forma, teríamos de fato uma educação mais inclusiva, de igualdade de direitos para todos.

A Educação Inclusiva é um processo, um desafio e ao mesmo tempo uma troca afetiva. É um trabalho para toda a comunidade, um trabalho em conjunto. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2001, determinam que esteja assegurada a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação dos alunos e deve estar organizado para apoiar o desenvolvimento dos mesmos.

Diante deste cenário educacional, nós educadores, temos em mãos grandes desafios: Como fazer esta inclusão? Será que estamos preparados? Como receber em nossas salas essa diversidade tão heterogênea de alunos? Será que a formação profissional dos educadores permite esse desafio? Será que os educadores atuais estão preparados para receber essa demanda? Provavelmente, ainda não.

Os novos tempos exigem que os nossos conhecimentos e as nossas ações sejam renovados. Nos últimos anos os estudos do campo das neurociências têm contribuído muito para um melhor entendimento dessa diversidade cerebral. É preciso que os profissionais ligados à educação reflitam sobre a aprendizagem em geral, sobre a importância de se conhecer essas bases como interfaces da aprendizagem, afinal, o cérebro, é, por excelência, o órgão mais organizado do nosso organismo e local onde se forma a cognição.

Dessa forma, o que estamos defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se

inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Werneck (1997, p. 42), pontua que a inclusão vem a “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmas”. Tratando-se de adaptação de materiais pedagógicos esta oportuniza, ao professor revisão de sua metodologia de trabalho. A adequação curricular privilegia as potencialidades do sujeito, acima de suas dificuldades, e lhe permite sustentar-se como aluno regular dentro do sistema educativo. Diversifica a proposta educativa e avança para uma proposta transcendente, direcionada para a escola inclusiva

O conceito de Tecnologias Assistivas é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. Tem como objetivos proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

A tecnologia assistiva está dentro de adaptações razoáveis, pois podemos realizar adaptações razoáveis através do uso de tecnologias assistivas, como no exemplo da adaptação do livro escrito para audiolivro. Essa é só uma das muitas tecnologias assistivas que fazem parte do cotidiano de uma escola inclusiva.

Hoje no Brasil todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Isso acontece por causa da Lei Brasileira de Inclusão, que prega a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática.

Segundo Ferreira:

O Currículo para uma escola inclusiva, entretanto, não se resume apenas a adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências. A escola inclusiva demanda uma nova forma de concepção curricular, que tem que dar conta da diversidade do seu alunado (FERREIRA, 2003, p. 35).

Sabe-se, entretanto, que o cotidiano escolar, em todas as suas faces, nos revela a necessidade de investirmos nesses conhecimentos, através da valorização dos recursos materiais e humanos, das práticas desenvolvidas por professores docentes já comprometidos com a inovação e a criatividade, e especialmente, da valorização de uma formação inicial e continuada direcionada a práticas inclusivas nas escolas e na própria sociedade. Tais investimentos se refletem, evidentemente, na

necessidade de vários estudos sobre currículo, entre eles, os discursos e os seus efeitos reais na educação atual.

A produção de conhecimento através da pesquisa e da extensão é a ferramenta mais efetiva na estruturação e no apoio ao trabalho de quem está na escola, enfrentando desafios diários, para que a Educação Inclusiva se torne uma realidade. Compartilhando as ideias de Mendes (2002)

Para atender os alunos com necessidades educacionais especiais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região; no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico(o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados (2002, p. 64)

É preciso dar significado e funcionalidade a elementos capazes de auxiliar, em algum nível, na acessibilidade escolar de alunos com deficiência.

Acredita-se, portanto, que um currículo inclusivo abrange todos os aspectos relevantes que conferem aos alunos de uma escola, a sua diversidade, as suas formas de aprender e se expressar, bem como, as suas próprias estratégias ao criarem novos conhecimentos a partir do que lhes foi oferecido, enquanto conteúdos curriculares.

Também para Imbernón (2000), a diversidade com que a escola tem convivido deve ser considerada como um projeto socioeducativo inserido em um contexto, tendo como características principais a participação e a autonomia. Para que a escola promova o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, com deficiência ou não, além dos conhecimentos elencados, é preciso que haja modificações profundas em vários aspectos: formação de professores, estrutura física, organização do sistema de ensino e desenvolvimento de políticas públicas. A formação do professor é fundamental para que a Educação Inclusiva aconteça.

Os recursos flexibilizados favorecem o aprendizado dos alunos com deficiência e alguns deles podem ser confeccionados na própria escola. O uso deles permite que os alunos ampliem suas potencialidades cognitivas. A reflexão sobre o currículo está instalada nos diversos âmbitos educacionais inclusive nas escolas. [...] Educar na diversidade pressupõe a adoção de um modelo de currículo na escola que facilite

adaptações e flexibilizações para o aprender e ensinar de todos os alunos e alunas em sua diversidade (BRASIL, 2001).

O texto contido na Resolução CNE/CEB 2/2001, enfatiza a importância de um currículo que possibilite a flexibilização e a adaptação de todas as estruturas escolares para além de receber, conduzir a uma permanência de todos os estudantes com deficiência no período da escolarização.

Nesse sentido, todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados que proporcionem ao aluno, meios para acesso ao currículo.

Para Silva (p.71 2011), “a formação continuada deve valorizar a reflexão como ponto de partida para a formação”. Segundo a autora, uma formação que considera as vivências dos professores, tem maior adesão dos participantes e incentiva a reflexão sobre atitudes, levando a mudanças práticas e a melhores condições no contexto de inclusão. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos.

Mas, muitas vezes, nós, professores, não sabemos bem o que fazer com determinado aluno que, a nosso ver, tem características de aprendizagem específicas e, por isso, exige um atendimento diferenciado. Vamos precisar estudar o que antes estávamos dispensados de estudar, vamos ter que aprender técnicas nas quais antes não precisávamos pensar; vamos ter que aprender a ouvir sem audição, a acompanhar num ritmo mais rápido, quando estávamos acostumados a um ritmo mais lento. Vamos ter que rever as nossas expectativas de professores, rever as nossas formas de avaliar, de reprovar. Vamos ter que melhorar a nossa condição de trabalho.

O principal projeto desenvolvido pela Educação Especial numa perspectiva inclusiva para o ensino especial é o da Igualdade nas “diferenças”. Isso, dentre outras ações, propõe a formação continuada para professores; acompanhamento psicopedagógico para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de equipes multidisciplinares; inserção dos alunos com necessidades educacionais

especiais em empresas; formação de grupos de estudo com os professores do ensino regular sobre o tema da inclusão; parceria com universidades para aperfeiçoamento dos profissionais da Educação Especial, além do atendimento a pais de alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos e pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, considerando as necessidades e capacidades dos alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para tanto, o currículo cumpre a função de orientar as atividades educativas, suas finalidades e as formas de executá-las. Por isso, pode-se considerá-lo como o movimento da instituição educacional, o reflexo das intenções educativas e o processo organizado para o desenvolvimento das aprendizagens. É, portanto, notória a representatividade desse instrumento. Cabe salientar, então, que o currículo deve ser atualizado e acessível e atender, efetivamente, às expectativas pedagógicas de todos os envolvidos nesse processo, garantindo o respeito às particularidades dos estudantes e criando condições de aprendizagem para todos.

A realidade brasileira não revela a existência de currículos abertos. Tradicionalmente, ao contrário, faz-se uso de currículos fechados, que apresentam característica de inflexibilidade, cujas consequências para os estudantes são, em muitos casos, negativas, pois geram evasão escolar e repetência. Tal situação contribui para o aumento dos índices estatísticos do fracasso escolar. A fim de minimizar os impactos desse perfil fechado de currículo, apresenta-se como alternativa legal e viável a utilização de adequações curriculares, ou ainda, de um currículo funcional, condizente com a necessidade do estudante.

De acordo com Coll; Marchesi; Palacios e Cols (2010), tanto os docentes como os coordenadores e gestores escolares podem atuar como facilitadores, assegurando aos estudantes acesso ao currículo e a experiências favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação. Cabe-lhes, portanto, agir no sentido de promover a inclusão e prevenir a exclusão, bem como planejar o currículo acessível a todos os estudantes, de modo a promover uma efetiva aprendizagem.

Adaptações Curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize

a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais.

Não há a necessidade de ser um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos. As necessidades especiais revelam quais os tipos de ajuda, diferentes dos usuais, que são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto político pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas que considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

Na prática pedagógica, a resposta educativa à diversidade deverá, segundo Torres Gonzalez,

aceitar a diversidade como uma condição inata aos seres humanos. Existem diferenças entre aceitar teoricamente a diversidade e transformar a forma de ensinar para adequá-la às diferenças dos alunos. [...] A flexibilidade e a abertura do currículo devem caracterizar os processos de planejamento e desenvolvimento, objetivando racionalizar os recursos, de modo a permitir a adaptação curricular às necessidades individuais dos alunos, perspectiva com a qual concordamos. Tal abordagem “implica um currículo básico[...], no qual a administração educacional estabelece um marco de referência que garante um eixo comum para todos os indivíduos, mas que oferece possibilidades de adaptação (2002, p. 23).

Nessa perspectiva, compreender o que é a Educação Especial e seu público é fundamental para realizar um atendimento escolar pleno. Mais além, de acordo com as diretrizes da BNCC (2018). Trata-se de um ramo ou modalidade de ensino voltada às pessoas que tenham alguma necessidade educativa especial, que tenham origem em algum tipo de deficiência. Nesse sentido, a BNCC é focada no desenvolvimento de habilidades e competências e tem como objetivo garantir uma aprendizagem comum, o que pode gerar uma oportunidade de inserir e/ou expandir a inclusão no ambiente escolar.

É justamente nessa perspectiva que a Educação Inclusiva considera que os indivíduos têm singularidades advindas de suas condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais e busca promover uma Educação regida pelo princípio da equidade, oferecendo às crianças e aos jovens ações diferenciadas de acordo com suas

necessidades e possibilidades. É papel da escola gerar um ambiente em que todos aprendam com sentido e participem ativamente da sociedade.

Não basta ao professor ter domínio conceitual ou competência transmissiva. Ele precisa desenvolver também competência relacional, ou seja, capacidade de conviver e ser bem-sucedido na diversidade ou heterogeneidade de situações com que depara na sala de aula. Daí a necessidade de desenvolver e aprimorar suas competências, para que possam ser educadores de excelência.

Nesse sentido, respeitar a diversidade significa deixar de lado qualquer tipo de exclusão e discriminação, seja de origem física, étnica, cultural, de gênero, socioeconômica ou etária, e atuar pela igualdade considerando as diferenças. Reconhecer os Direitos Humanos e valorizar as diferenças são formas de desconstruir a desigualdade social.

De acordo com essa visão, é inegável não considerar que na escola, é necessário constatar que todos são diferentes e, assim, gerar transformações para que todos aprendam e criem um clima institucional inclusivo, referente a diversidade cultural dos sujeitos envolvidos nesse processo. Diante de tal situação que aborda o cenário referente à inclusão, a Declaração de Salamanca, 1988 (artigos 28 e 29), por exemplo, ao tratar sobre o currículo, afirma que este:

[...] deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem aos alunos com habilidades e interesse diferentes. [...] Alunos com necessidades educacionais especiais devem receber apoio instrucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente (UNESCO, 1994)

Sobre o currículo, a UNESCO (1994) destaca que o princípio norteador será o de providenciar, a todas as crianças, a mesma educação e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram”. Essa afirmação, nos leva a refletir sobre o assunto presente no documento Saberes e Práticas da Inclusão – Recomendações para a Construção das Escolas Inclusivas (MEC, 2005, p.61):

As Adequações Curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para que atenda realmente a os educandos. Nessas

circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno (MEC, 2005, p. 61).

As avaliações realizadas revelam que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais não está isenta de problemas e que é imprescindível propor mudanças profundas para conseguir escolas abertas para todos. Os alunos não são iguais. Podemos afirmar que todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos.

Muitos alunos com deficiência podem acompanhar o currículo comum apenas acrescido de algumas ajudas técnicas ou materiais adaptados as necessidades educativas. Mas, é preciso observação diária e desenvolver uma educação significativa.

O cotidiano da sala de aula é compreendido como espaço de desenvolvimento do trabalho docente, onde acontecem as múltiplas relações sociais entre os sujeitos “aprendentes e ensinantes”, desenvolve-se, efetivamente, o processo do ensino sistematizado dos bens culturais produzidos pela humanidade, organizados a partir de conteúdos curriculares da instituição educativa.

Ao refletir sobre o trabalho docente em sala de aula implica-se em considerar algumas questões relevantes sobre as ações desenvolvidas no âmbito escolar, uma vez que a sala de aula não se configura como um espaço isolado dos contextos social e educativo. Existem situações do cotidiano da escola que acabam por interferir no desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor, gerando um desconforto docente e intervindo no processo de ensino e aprendizagem.

Para desenvolver a atividade pedagógica na sala de aula, o professor necessita de um olhar crítico sobre a realidade social, a escola e seu cotidiano, bem como criar as condições pedagógicas para que o aluno se aproprie do conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Porém, uma questão recorrente quando se pensa nos empecilhos para o desenvolvimento da prática pedagógica é a falta de interesse e motivação do aluno com relação ao processo de aprender e isso não se acomete somente com alunos sem deficiência.

Ademais, o aluno deve ser compreendido como sujeito da educação e não como objeto dela, e como tal deve ser considerado no espaço de desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor em sala de aula. Portanto, é importante entender que a ação docente tem uma relação indissociável do mundo real e, sendo assim, para ensinar é preciso acolher bem os alunos, “unir saber e experiência. A motivação para aprender está ligada ao sentido provocado pelo ato de ensinar” (CARVALHO, 2005, p. 185).

Já Bartoszeck (2009) afirma que o professor utiliza rotineiramente estratégias pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem de sua disciplina. Todavia, embora atue nas transformações neurobiológicas que produzem a aprendizagem e fixação do conhecimento na estrutura cognitiva da mente, em geral desconhece como o cérebro e o sistema nervoso como um todo funciona na esfera educacional. Algumas dessas estratégias estabelecem uma relação entre os princípios da Neurociência sobre como o cérebro aprende e as estratégias que podem ser criadas no ambiente de sala de aula. São elas:

ESTRATÉGIAS	
1.	Aprendizagem, memória e emoções ficam interligadas quando ativadas pelo processo de aprendizagem. A aprendizagem deve ser vista como atividade social, pois alunos precisam de oportunidades para discutir tópicos. Um ambiente tranquilo encoraja o estudante a expor seus sentimentos e ideias.
2.	O cérebro se modifica aos poucos fisiológica e estruturalmente como resultado da experiência. Aulas práticas/exercícios físicos com envolvimento ativo dos participantes fazem associações entre experiências prévias com o entendimento atual
3.	O cérebro mostra períodos ótimos (períodos sensíveis) para certos tipos de aprendizagem, que não se esgotam mesmo na idade adulta. O ajuste de expectativas e padrões de desempenho às características etárias específicas dos alunos, bem como o uso de unidades temáticas integradoras são necessários.
4.	O cérebro mostra plasticidade neuronal (sinaptogênese), mas maior densidade sináptica não prevê maior capacidade generalizada de aprender. Os estudantes precisam sentir-se “detentores” das atividades e temas que são relevantes para suas vidas. Atividades pré-selecionadas com possibilidade de escolha das tarefas aumentam a responsabilidade do aluno no seu aprendizado
5.	Inúmeras áreas do córtex cerebral são simultaneamente ativadas no transcurso de nova experiência de aprendizagem. São indicadas situações que permitam a reflexão sobre o contexto da vida real, de forma que a informação nova se “ancore” na compreensão anterior

6.	O cérebro foi evolutivamente concebido para perceber e gerar padrões quando testa hipóteses. Promover situações em que se aceite tentativas e aproximações ao gerar hipóteses e apresentação de evidências são indicadas, bem como o uso de resolução de “casos” e simulações
7.	O cérebro responde, devido a herança primitiva, às gravuras, imagens e símbolos. O professor deve propiciar ocasiões para alunos expressarem conhecimento através das artes visuais, música e dramatizações

Fonte: Síntese elaborada pela autora (2022)

Segundo Bartoszeck (2009) com base nestes princípios, podemos afirmar que conhecer as bases neurobiológicas do processo de aprendizagem torna-se crucial para o ato pedagógico, surgindo a necessidade de aprofundamento sobre esse novo saber disciplinar ainda tão desconhecido pela maioria dos professores.

Concluindo, se aprender é promover a aquisição de novos conhecimentos, além de provocar a modificabilidade cognitiva e comportamental e, se todo esse processo resulta do funcionamento cerebral, compreender as bases neurobiológicas da aprendizagem torna-se fundamental na formação do professor no século XXI. De acordo com essa visão, educar na diversidade é hoje o grande desafio dos professores que irão lidar em sala de aula, cada vez mais heterogêneas, com alunos com deficiências, transtornos, dificuldades, enfim, modalidades diferentes de aprender.

É preciso, contudo, reduzir as barreiras no ensino, daí a importância da Flexibilização do currículo primando o educar na diversidade, ensinando em um contexto educacional no qual as diferenças individuais e entre todos os membros da classe são destacadas e aproveitadas para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular previsto no processo ensino e aprendizagem.

Devemos frisar os cinco princípios no material de educar na diversidade para a formação em práticas pedagógicas inclusivas que são: Toda pessoa tem o direito de acesso à educação; toda pessoa aprende; o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; o convívio no ambiente escolar comum beneficia todos e a Educação Inclusiva diz respeito a todos.

Portanto, dentre as informações apresentadas fica nítido que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. E a única

diferença está no caminho percorrido em busca de conhecimentos, sempre olhando para a diversidade no âmbito da educação.

1.2 INCLUINDO UMA IGUALDADE DIFERENTE

A escola inclusiva perpassa por todos os envolvidos no contexto. Incluir é uma palavra que está cada vez mais na mídia. A final excluir é inserir em um contexto já formado algo ou alguém que estava fora, ou seja, excluído deste contexto. Apesar das resistências, a inclusão das pessoas com Deficiência na Educação Regular, algumas instituições relutavam defendendo que o melhor para os deficientes era uma educação específica e diferenciada. Apesar disso, das resistências, a inclusão está cada vez mais comum, pelo menos em termos de matrículas.

A escola inclusiva perpassa por todos os envolvidos no contexto social, a mudança de mentalidade tem que abranger todos. O processo de aprendizagem é comprometido, mas não é nulo, portanto, as pessoas com deficiência não podem ser excluídas do processo de aprendizagem. Além disso, a escola inclusiva parte do pressuposto que todas as pessoas podem aprender e fazer parte da vida escolar e social. Ela garante a qualidade de ensino educacional a cada indivíduo, reconhecendo e respeitando a diversidade, respondendo com suas potencialidades e necessidades.

A Educação Inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Com essa visão, o objetivo é que todos os estudantes sejam eles, crianças, adolescentes e adultos, e também os alunos do ensino Superior tenham direito à educação em um só ambiente. A proposta da Educação Inclusiva é valorizar as diferenças e permitir uma convivência respeitosa e diversificada no contexto escolar. Contudo, contemplar esta população significa reconhecer que há diferentes gêneros, etnias e classes sociais. Enfim, cada indivíduo é único em termos de aparência, cultura, história de vida e capacidade física e intelectual.

A inclusão não pode ser encarada como assistencialismo. A inclusão escolar é o resgate de um direito constitucional, garantido por lei a todos os cidadãos, independentemente de sua condição física ou intelectual. Escolas que não buscam adaptar seu espaço físico e disponibilizar recursos para a capacitação de sua docência, estão descumprindo a lei e negando a estes cidadãos o direito a Educação.

Nesse sentido adequar o aprendizado, significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante, desenvolver as habilidades socioemocionais, reorganizar os métodos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos, avaliar e criar estratégias, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem.

Beauclair (2007) afirma que a inclusão é o movimento humano de celebrar a diversidade, envolvendo o sentimento de pertencer, de fazer parte de, é a valorização da diferença e a busca de uma cidadania ativa construtora de qualidade de vida para todos. O que se observa cotidianamente é a crescente necessidade nas escolas de falar, estudar e refletir sobre prática pedagógica inclusiva, devido aos constantes desafios que dela provem. Assim, a inclusão escolar vem contribuir para o desenvolvimento não apenas do aluno com necessidades educacionais especiais, mas principalmente na formação de valores positivos e na convivência com a diversidade.

Para se fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos público alvo da Educação Especial no ensino regular é preciso fortalecer a formação de professores e criar uma rede de apoio composta por alunos, docentes, gestor e família. Os diferentes instrumentos favorecem o olhar integral em prol a consolidação de conhecimentos

Assim, as adaptações de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) podem ser entendidas como:

[...] modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. Elas podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade. (PROJETO ESCOLA VIVA, 2000, p.8).

Apesar da importância da atuação do professor para consolidação da Educação Inclusiva, incluindo as adaptações curriculares, sabe-se que a formação,

inicial ou continuada, dos professores ainda precisa ser consolidada para a atuação em uma perspectiva inclusiva.

A falta de formação adequada dos professores os impede de realizar práticas pedagógicas visando atender as necessidades educacionais especiais, seja do aluno com deficiência ou não. Para isso se faz necessário formação continuada na escola ou em outros espaços para oportunizar a todos o conhecimento de metodologias para novas possibilidades e desta forma melhor atender a todos.

É urgente que ocorram mudanças na forma de pensar e nas práticas pedagógicas, para isso se faz necessário criar momentos na escola para estudo, trocas de experiências, formação para toda a comunidade escolar, familiares, onde todos os profissionais envolvidos no processo educativo dos alunos estejam presentes. Como afirma Carvalho, cabe aos profissionais da educação iniciar a mudança da realidade exclusiva de nossas escolas contemplando todos os alunos como sujeitos do processo de aprendizagem e considerando a particularidade de cada um (CARVALHO, 2013).

Nesta perspectiva, a proposta de formação continuada para os profissionais da educação, tem o compromisso de trabalhar com ações de cunho teórico e prático capazes de instrumentalizá-los de forma a provocar mudanças didático pedagógicas qualitativas na escola, melhorando significativamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A formação continuada é elemento fundamental para o desenvolvimento saudável da escola. Além disso, as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (2018) mencionam a obrigatoriedade da formação continuada, ressaltando seus benefícios, tanto para a escola, quanto para o currículo do professor. A formação continuada é um fator de grande relevância em qualquer profissão, e quando falamos da área da educação, ter um plano anual de formação continuada de professores pode ser um diferencial.

No entanto, observa-se que na realidade não é isso o que ocorre na formação continuada de professores. Ela se dá geralmente com jornadas de curta duração no início do ano letivo, simpósios, reuniões e também por outras ações que têm como princípio a prática da autoformação e da formação colaborativa entre professores.

Uma nova proposta de epistemologia da docência dada pela prática de bons profissionais é a perspectiva do professor reflexivo. É uma prática que vem ganhando

bastantes adeptos e que enfrenta alguns obstáculos, mas que é necessária para uma prática docente eficaz.

Segundo Schnetzler (1996; 2003), para justificar a formação continuada de professores, três razões têm sido normalmente apontadas:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER; ROSA, 2003, p.27)

A escola inclusiva parte do pressuposto que todas as pessoas podem aprender e fazer parte da vida escolar e social. Ela garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunados, reconhecendo e respeitando a diversidade, respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades educacionais.

A inclusão não pode ser encarada como assistencialismo. A inclusão escolar de Pessoas com Deficiências não é caridade, é o resgate de um direito constitucional, garantido por lei a todos os cidadãos, independente de sua condição física ou intelectual.

Os cinco princípios da Educação Inclusiva são:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.
2. Toda pessoa aprende.
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular.
4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos.
5. A Educação Inclusiva diz respeito a todos.

Apesar do consenso de que a participação das pessoas com deficiência é um direito inquestionável, muitos professores e gestores escolares ainda resistem, declarando-se despreparados para concretizá-la. Até mesmo educadores que se dizem favoráveis à inclusão de pessoas com deficiência admitem exceções, alegando não ter o “preparo necessário”. A ideia de que a escola ou o professor precisa antes estar pronto para depois receber estudantes com deficiência é baseada em uma

expectativa ilusória de um saber pronto, capaz de prescrever como trabalhar com cada criança. No entanto, o preparo do professor no contexto da Educação Inclusiva é o resultado da vivência e da interação cotidiana com cada um dos educandos, com e sem deficiência, a partir de uma prática pedagógica dinâmica que reconhece e valoriza as diferenças.

Escolas que não buscam adaptar seu espaço físico e disponibilizar recursos para a capacitação de sua docência, estão descumprindo a lei e negando a estes cidadãos o direito à Educação. As instituições de Ensino, através de seus responsáveis têm a incumbência de exigir do Estado, os recursos necessários para dispor a todas essas pessoas público alvo da Educação Especial, oportunidades e os meios de alcançarem a aprendizagem, independentemente do tempo de resposta desta aprendizagem. Isso é Garantia de Direitos.

Conhecer e debater com os alunos os conceitos de capacitismo e acessibilidade são exemplos de práticas inclusivas na escola, como também, uma Gestão democrática e adequação do material didático são bons exemplos de práticas inclusivas que transformarão um futuro próximo. Ninguém aprende a ensinar alunos com algum tipo de deficiência ou limitação rapidamente, é necessário tempo, disciplina, empatia e capacitação.

O compromisso do Educador é com o processo de transformação do Ser Humano, proporcionando-lhes recursos para que possam através de suas potencialidades, desenvolverem a aprendizagem. Embora em algumas pessoas, a velocidade desta aprendizagem não corresponda aos padrões sociais, elas não deixam de Ser Humanos e o compromisso deste profissional continua o mesmo.

1.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E AS DIRETRIZES ESCOLARES

É extremamente importante que os professores contem com uma formação continuada, tanto para a melhoria no ensino, quanto para estarem alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010) que tratam essa formação como pauta obrigatória.

Uma escola alinhada com a legislação passa a ser melhor vista pelos órgãos reguladores, por professores e comunidade escolar como um todo. Seguir o que os documentos e a legislação regem é manter a instituição de ensino dentro de um parâmetro comum a todos os espaços educacionais.

A formação continuada é elemento fundamental para o desenvolvimento saudável de qualquer ambiente escolar. Além disso, as Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular mencionam a obrigatoriedade da formação continuada, ressaltando seus benefícios, tanto para a escola, quanto para o currículo do professor.

A BNCC (2018) inaugura uma nova era da Educação Básica em nosso país, pois pela primeira vez na história o Brasil logrou-se construir consensos nacionais sobre as aprendizagens essenciais, que são consideradas como direito de todos os educandos e, portanto, devem ser assegurados ao longo de todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Esse processo de discussão foi longo e exaustivamente debatido, visando preservar a autonomia dos diversos entes federados para, partindo da referência comum e obrigatória disposta na BNCC, construir currículos contextualizados, tendo como princípio básico e fundante a superação da desigualdade educacional e a garantia da equidade de tratamento para 18 todas as identidades que contemplam a população brasileira.

A BNCC (2018) deve, não apenas fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, como também deve contribuir para a coordenação nacional do devido alinhamento das políticas e ações educacionais, especialmente a política para formação inicial e continuada de professores. Assim, é imperativo inserir o tema da formação profissional para a docência no contexto de mudança que a implementação da BNCC desencadeia na Educação Básica.

Atendendo ao disposto na legislação educacional e em deliberações do Conselho Nacional de Educação (CNE) este documento pretende estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais e uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica à luz das demandas educacionais contemporâneas e das proposições constantes na BNCC. Para tornar efetivas as aprendizagens essenciais que estão previstas nos currículos da Educação Básica, os professores terão que desenvolver um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para uma docência sintonizada com as demandas

educacionais de uma sociedade cada vez mais complexa, que exige continuar aprendendo e cujas características e desafios foram bem postulados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) com a qual nosso país se comprometeu.

A BNCC define, em suas 10 competências gerais, que a formação continuada deve ser baseada em três dimensões:

- Conhecimento: relacionada ao domínio dos conteúdos;
- Prática: domínio em saber criar e gerenciar os ambientes de aprendizagem;
- Engajamento: comprometimento do professor com a aprendizagem e com o ambiente de trabalho, com as famílias e com a comunidade escolar.

O documento também propõe mudanças no tempo da formação inicial para a pedagogia. A intenção é que, nos quatro anos de curso, sejam dois anos de formação comum e um ano de aprofundamento para cada etapa da educação a que o professor queira se dedicar em sua carreira, como educação infantil, alfabetização ou polivalência do terceiro ao quinto anos, por exemplo. Também está prevista a possibilidade de cursar mais um ano de especialização com foco em gestão escolar e outro de mestrado.

A Constituição Federal, em seu artigo 24, apresenta como competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal legislar sobre educação. Dentro da competência da União, cabe o estabelecimento de normas gerais, sem excluir a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal. Nesse sentido, esse Parecer entende que, no que concerne à Formação Continuada de professores, compete aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal definir planos destinados à formação continuada específica para seus docentes, com exceção dos programas de pós-graduação, especialmente mestrados e doutorados, que cabem as Instituições de Ensino Superior oferecer conforme autonomia universitária e legislação vigente.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em seu Art 5º. § 2º, que se refere ao apoio técnico e financeiro para a formação profissional contempla as seguintes ações:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (BRASIL, 2011)

De acordo com Brasil (2016), temos mais recente o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica determina:

São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo.

Entretanto, compreendendo a importância da formação continuada para a qualidade da prática docente, sendo a formação ao longo da vida essencial para o desenvolvimento dos professores, visto que esta não se encerra ao cabo da formação inicial. Então, quais os objetivos da formação continuada?

É inegável que as demandas da escola se transformam continuamente. Para que os educadores tenham condições pedagógicas de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos alunos e todas as mudanças, a formação continuada tem papel fundamental.

Através da capacitação dos professores, o processo de desenvolvimento e aprendizagem do profissional está sempre presente, refletindo no cotidiano da sala de aula. Dessa maneira, o objetivo da formação continuada é refletir e repensar sobre as práticas pedagógicas utilizadas, além de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Um outro objetivo importante da formação continuada é, a partir das construções de conhecimento feitas, direcionar e trazer para a realidade os conhecimentos construídos no dia a dia da escola. No momento em que o professor busca o seu aprimoramento, ele já coloca em pauta o exercício de novas práticas pedagógicas e, com isso, gera um novo e positivo sentido ao espaço escolar. O educador que procura evoluir e aprender por meio da formação continuada, beneficia a si e, certamente, reflete esses benefícios no aprendizado dos seus alunos. A partir da capacitação de professores, há espaço para abertura de outras e novas possibilidades, como a construção de novas estratégias pedagógicas.

A formação continuada é um instrumento poderoso para agregar conhecimentos nesse aspecto, pois nem sempre todas as particularidades da aprendizagem que os estudantes possam apresentar são estudadas nos cursos de

graduação, visto que novos entendimentos e dúvidas sobre o assunto surgem continuamente.

O enfoque e a abordagem adotados nesta proposta de estudo, deverá repercutir na qualidade do trabalho realizado em sala pelos professores da rede Estadual do Município de Parintins no Estado do Amazonas. Mesmo sendo uma obrigação da escola e secretarias de educação oferecer a formação continuada, o docente pode e deve buscar por si próprio agregar novos saberes à sua competência como profissional.

O objetivo é evoluir, buscar sugestões de práticas, ideias novas, teorias interessantes, estratégias, e contribuir com a própria experiência, uma vez que a meta é colocar dentro do planejamento e incorporar os conhecimentos adquiridos no cotidiano da sala de aula. A qualificação adequada desses profissionais para que atuem com elas pode transformar de maneira muito positiva as metodologias educacionais mais usadas até então.

A inclusão escolar deve ocorrer pautada em estratégias pedagógicas focadas não só em ajudar professores e corpo docente, mas para tornar todo o ambiente mais diversos e inclusivo. Algumas dessas estratégias pedagógicas são:

1. Conhecer as necessidades de cada aluno: Ter uma equipe multidisciplinar para acompanhar e diagnosticar cada aluno portador de deficiência é fundamental para conhecer as necessidades especiais de cada um e proporcionar um trabalho efetivo que complemente o aprendizado padrão.

2. Promover campanhas de inclusão nas escolas: Elas são essenciais para erradicar preconceitos entre alunos sem deficiência e suas famílias. Criar ciclos de debates, palestras e visitas a instituições são algumas formas de ensiná-los sobre a realidade das pessoas com deficiência.

3. Fazer avaliações individuais: Os instrumentos de avaliação também precisam ser adaptados para cada tipo de deficiência ou transtorno de aprendizagem.

4. Investir em métodos de aprendizagem diferentes: Trazer metodologias ativas de aprendizagem, principalmente quando aliados à tecnologia, podem contribuir para as estratégias pedagógicas de inclusão escolar. A tecnologia pode romper barreiras físicas que os recursos tecnológicos podem trazer, como segurar um lápis ou virar as folhas de um livro.

Já dizia Freire (1991, p. 58) “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. Já que falamos em Paulo Freire, vale abordarmos rapidamente o conceito de formação permanente empregado pelo educador.

Em sua perspectiva, essa formação é pautada no processo de ação-reflexão-ação. Isso é, o sujeito é capaz de desenvolver uma postura crítica diante da realidade do seu tempo, levando em consideração que ele é um ser histórico-social que está em constante construção do conhecimento.

A formação Continuada é considerada pela LDB direito de todos os profissionais que trabalham em qualquer estabelecimento de ensino, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia o desenvolvimento dos professores. A legislação exclui a possibilidade de que os pais e cuidadores tenham que procurar por uma escola especializada para acolher o aluno.

Por isso, a lei obriga que todas as escolas tenham professores preparados para acolher alunos com necessidades especiais, capazes de desenvolver atividades que considerem essas especificidades. Além de alinhar com as exigências previstas em lei, investir na capacitação dos profissionais é fundamental para acolher a diversidade de alunos na escola.

Na Educação Especial, os debates em torno da formação do professor responsável pelo atendimento educacional escolarizado de alunos que apresentam necessidades especiais vão desde reuniões pedagógicas realizadas nas unidades escolares até a definição de políticas públicas de educação, passando por reflexões teóricas e proposições acadêmicas (CRUZ *et al*, 2011, p. 4)

E essa formação não deve ser limitada apenas aos professores, mas a todo corpo docente e outros funcionários que estarão em contato com os alunos. A mesma é relevante para que eles estejam sempre atualizados e preparados para a atuação diária. Dessa forma, a universalização dos direitos educacionais e sociais devem ser respeitados sempre. Por fim, todos têm a ganhar com a Educação Inclusiva: os alunos que entram na escola regular e os que aprendem a conviver com as diferenças.

CAPÍTULO II

2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

A escola, no cumprimento da sua função social, deverá desenvolver nas crianças e jovens que nela confiam a sua formação, competências e habilidades para prepará-los para agir conforme as exigências da contemporaneidade.

A rotina é apenas um dos elementos que integra o cotidiano. O olhar observador na educação faz toda a diferença no êxito dos objetivos. O valor da real preparação em relação aos conteúdos educativos consiste em seu efeito na formação de modos individuais de observar e avaliar. Sendo assim, a formação do professor deve ser contínua.

Diante do exposto, é emergente transformar a relação que estabelecemos com a maneira de aprender. Não basta mais ter informações a respeito de um determinado assunto, resolver os problemas de qualquer forma, ou utilizando um determinado procedimento. Com a complexidade que o mundo moderno apresenta, o sujeito contemporâneo necessita buscar as informações, saber selecioná-las, analisar as possibilidades que elas oferecem para solucionar uma situação problematizadora e adotar uma postura criativa, com maturidade emocional para posicionar-se frente a qualquer escolha que venha a fazer.

Para saber optar com coerência diante das solicitações cotidianas, é necessário estar constantemente estudando e conseqüentemente aprendendo: os ambientes, as pessoas, as relações, os diversos saberes (para habilitar-se a fazer leitura de cenários e redimensionar suas ações na perspectiva de interferir de forma significativa no real) principalmente com nossos alunos com deficiência.

Observar, educar o seu olhar na perspectiva do outro, adotar a escuta como meio de conhecer mais o seu aluno como pessoa, refletir sobre sua “práxis”, buscar nas pesquisas e em outros profissionais a resposta para suas questões, resgatar o seu aluno, conduzindo-o ao prazer de conhecer e aprender são ações que poderão ser implementadas pelos professores no exercício do magistério.

Não se pode pensar sobre qualidade de ensino, sem discorrer sobre a formação do professor. A formação teórica e prática do professor poderão contribuir

para melhorar a qualidade do ensino, visto que, são as transformações sociais é que irão gerar transformações no ensino.

Entendemos que o processo de conscientização, análise e reflexão que pode ser construído no espaço escolar se dará a partir do momento em que a relação educador/educando possibilite o conhecimento crítico frente ao complexo modelo de desenvolvimento vigente. A LDB (BRASIL, 1996) é clara nos aspectos relacionados à formação de professores em seu artigo 61:

A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis de modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: inciso I – associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

A partir do momento em que o educador adquire um olhar diferenciado para a questão de sua prática pedagógica na perspectiva da Educação Inclusiva, amplia sua atuação no cotidiano da sala de aula, o que contribui para uma maior motivação e participação no processo de ensino-aprendizagem.

Visamos, portanto, a formação do professor, que leve em conta a peculiaridade do ser humano, mas que, atento às modificações sociais e a temas emergentes, esteja comprometido com uma prática pedagógica que ultrapasse a visão fragmentada da realidade e focalize a inclusão social das pessoas com deficiência.

O objetivo é promover uma pesquisa que possibilite aos professores e pedagogos a reflexão e a busca de alternativas referentes às adaptações curriculares, diminuindo as inseguranças dos mesmos para trabalharem de forma inclusiva com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, transtorno ou dificuldade de aprendizagem.

Pensem a escola como um espaço sem paredes. Espaço no qual as crianças vivenciam experiências que transcendem a sala de aula. Fazer as famílias se sentirem acolhidas é muito importante. Toda pessoa seja ela com ou sem deficiência precisa estar conectada com sua essência, daí a importância do processo da escuta ativa.

A formação docente abrange um processo sem fronteiras bem delimitadas na medida em que envolve as influências familiares, os vários anos nos bancos escolares, o curso de graduação, a atuação profissional enquanto professor, dentre

tantas outras. Todos esses momentos contribuem para a construção de imagens, crenças, ideias, conhecimentos e saberes sobre o ensinar e o que é ser professor.

É preciso que o professor se atualize permanentemente, diz Demo (2004, p.121), porque “se o conhecimento, de um lado, é aquilo que a tudo inova, do outro lado da mesma moeda é aquilo que a tudo envelhece”. Mais do que outros profissionais, o professor envelhece rápido, pois lida diretamente com a fonte principal da inovação, que é o conhecimento.

De acordo com o Demo (2002) é fundamental que o profissional da educação se mantenha bem formado, ou seja, além de ter passado por uma boa formação inicial deve alimentar de modo contínuo a sua formação. Assim, a formação perpassa o conhecimento e a valorização de como os professores pensam a sua formação e a sua profissão, sendo pertinente o estudo desse tema no atual momento histórico em que a dimensão da formação continuada formação continuada vem se revelando como uma dimensão bastante importante da vida profissional dos docentes.

Essa dimensão da formação de professores é uma questão de especial relevância e destaque, uma vez que a busca da construção da qualidade de ensino e de uma escola comprometida com a formação para a cidadania exige, necessariamente, repensar a formação de professores em todas as suas etapas. Mas, cabe dizer que a mudança educativa só é possível ao se conceber a formação do professor em conexão estreita com outros aspectos da realidade escolar, considerando todas as suas inter-relações sociais, culturais, políticas e econômicas (CANDAUI, 1997; NÓVOA, 1995, 1999; VASCONCELLOS, 2004).

É sabido que temas e problemas relacionados à educação têm como polo de referência o professorado. As discussões majoritariamente conduzem a uma implicação do professor, projetando sobre sua figura uma série de aspirações que ele deveria assumir para transformar a qualidade do ensino.

Visando construir um profissional que corresponda a essa função, discute-se muito o processo de profissionalização docente. Contudo, a análise dos dilemas atuais dos professores revela que eles estão envolvidos em processos contraditórios. Ao mesmo tempo em que os discursos apontam para a evolução da profissionalização no ensino, é verificado um processo de enfraquecimento da valorização do professor, devido à precarização das condições do trabalho, de sua deslegitimação como produtor de saberes, da perda de poder aquisitivo e de prestígio social, refletindo na

diminuição de sua autonomia e na degradação do seu estatuto. Evidencia-se que a profissão professor transita entre a ambiguidade da profissionalização e da proletarização. Assim, acredita-se que o êxito ocupa um lugar de destaque nos debates educacionais.

É importante compreendermos o significado da importância da formação continuada docente para o exercício da prática pedagógica e, principalmente, para a transformação da mesma, tendo em relevância, a combinação de alguns fatores, que juntos, poderiam corroborar para que esta formação seja significativa ao professor e eficaz para o processo de aprendizagem e de desenvolvimento profissional daqueles que a ela se submetem.

A formação continuada é significativa ao professor quando há maior articulação entre teoria e prática. Além disso, elucidamos que a formação continuada poderá ser capaz de provocar mudanças na postura e no fazer pedagógico dos professores quando, através dos programas de formação continuada, formam-se profissionais competentes, dotados de uma fundamentação teórica consistente e com capacidade de análise e reflexão crítica acerca de todos os aspectos que compõem e influenciam o contexto escolar.

É oportuno lembrar as grandes mudanças que a sociedade vem sofrendo ao longo do tempo. Dentre essas mudanças, podemos citar a quantidade de informações que nos são disponibilizadas diariamente e a velocidade de sua propagação. Sendo assim, estamos vivenciando um momento em que a informação e o conhecimento são requisitos indispensáveis para a vida profissional.

Esclarece-se que os termos: informação e conhecimento, embora semanticamente afins, não são sinônimos. Informação refere-se a tudo aquilo que é disponibilizado às pessoas. No entanto, a informação só se torna conhecimento quando o indivíduo lhe atribui sentido, quando a interpreta. Pescuma (2005) exemplifica esta diferenciação quando diz que o objetivo da pesquisa científica é buscar, selecionar, ordenar, elaborar e sistematizar uma massa de informações para transformá-la em conhecimento.

Seguindo este raciocínio, reconhecemos que a escola continua tendo um papel fundamental para o desenvolvimento humano. Cabe à escola possibilitar a construção do conhecimento, pois o que há nos livros e na internet, por exemplo, são informações. No entanto, verifica-se que a escola pouco mudou. A educação reprodutivista, isto é,

a simples transmissão de informações, ainda se faz fortemente presente, mas já não faz sentido no mundo atual (CHIMENTÃO, 2009).

Nesse caso, conforme advoga Alarcão (2001), urge que a escola mude, que rompa com velhos paradigmas, que se enquadre na atualidade. E, para que isso seja possível, é necessária uma mudança de pensamento sobre a escola, é necessário que se acredite na possibilidade de encontrar caminhos melhores e mais adequados para os problemas vivenciados no momento.

O envolvimento de todos aqueles que fazem parte da escola é imprescindível, pois a escola se faz da interação entre alunos, professores, equipe pedagógica, pais e colaboradores. Todos, sem exceção, precisam reavaliar seus conceitos, suas crenças e sua prática (incluindo seus sucessos e fracassos) para irem em busca de renovação.

Sobre o professor em serviço também recaem algumas novas exigências. Mais do que nunca, o educador deve estar sempre atualizado e bem informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais.

Diante deste panorama, faz-se a seguir, alguns apontamentos a respeito da ampliação do reconhecimento, da necessidade e importância da capacitação dos profissionais da educação por meio da formação continuada (CHIMENTÃO, 2009, p. 2).

O processo de formação continuada de professores não é novidade. Vários são os autores que apresentam discussões sobre esta temática e ressaltam sua relevância para os profissionais do ensino, como Candau (1997), Nascimento (2000), Pimenta (2002), entre outros. No entanto, salientamos sua importância, relacionando-a com a necessidade de mudança da escola.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2002), para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada.

Fica evidente que a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da

reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança.

Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos.

Ressaltamos que a formação continuada não descarta a necessidade de uma boa formação inicial, mas para aqueles profissionais que já estão atuando, há pouco ou muito tempo, ela se faz relevante, uma vez que o avanço dos conhecimentos, tecnologias e as novas exigências do meio social e político impõem ao profissional, à escola e às instituições formadoras, a continuidade, o aperfeiçoamento da formação profissional (CHIMENTÃO, 2000, p.3).

Mas, para que realmente a formação continuada atinja seu objetivo, precisa ser significativa para o professor. Segundo Nascimento (2000), as propostas de capacitação dos docentes têm apresentado baixa eficácia, e algumas das razões apontadas são: a desvinculação entre teoria e prática; a ênfase excessiva em aspectos normativos; a falta de projetos coletivos e/ou institucionais; entre outros.

Tais deficiências nos programas de formação continuada, muitas vezes, têm levado ao desinteresse e reações de indiferença por parte dos professores, por perceberem que certas atividades que prometem ser de formação, quase sempre, em nada contribuem para seu desenvolvimento profissional. Consequentemente, sua realidade do dia-a-dia em sala de aula também permanece inalterada. Esta sensação de ineficácia dos processos de formação continuada é o sentimento que tem acompanhado muitos professores atualmente.

Inegavelmente, é difícil que o processo de formação continuada contemple as necessidades dos docentes da rede estadual de ensino do Paraná, dada a diversidade do grupo, isto é, cada professor com uma história pessoal e profissional peculiar, assim como cada escola com sua própria história e filosofia. No entanto, é possível imaginar que as combinações de alguns fatores possam levar a uma capacitação, no mínimo, mais eficaz.

Candau (1997) apresenta três aspectos fundamentais para o processo de formação continuada de professores: a escola, como *locus* privilegiado de formação; a valorização do saber docente; e o ciclo de vida dos professores. Isto significa dizer que a formação continuada precisa primeiramente, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor. Em seguida, valorizar o saber docente, isto é, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência. E por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria + prática).

Reconhecendo a validade dos aspectos explorados por Candau (1997), conclui-se que é de importância vital para um programa de formação continuada, ser capaz de qualificar professores que elaborem programas partido das necessidades do dia a dia do profissional da educação e se proponham temas e métodos de operacionalização que busquem auxiliar o docente a refletir e a enfrentar as adversidades vivenciadas na prática. Em síntese, a relação entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários para uma boa performance é fundamental uma qualificação significativa.

É oportuno reforçar a ideia da articulação entre teoria e prática, já que, como salienta Pimenta (2002) não podemos cometer o engano de pensar que apenas a reflexão na prática e sobre a prática será suficiente para o encaminhamento adequado de todos os problemas enfrentados no fazer pedagógico.

Embora a formação continuada deva atender às necessidades do professor no seu cotidiano, ela não pode ser entendida como um receituário, ou ainda, um conjunto de modelos metodológicos e/ou lista de conteúdos que, se seguidos, serão a solução para os problemas. Os processos de formação continuada podem ser valiosíssimos, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica.

A formação continuada deve ser capaz de conscientizar o professor de que teoria e prática são “dois lados da mesma moeda”, que a teoria poderá ajudá-lo a compreender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, conseqüentemente, que a prática proporciona melhor entendimento da teoria e ainda, revela a necessidade de nela fundamentar-se.

Fica evidente que a formação continuada será significativa e ajudará a provocar mudanças na postura do professor quando conseguir formar um professor: a) competente na sua profissão, a partir dos recursos que lhes são disponibilizados; b) dotado de uma fundamentação teórica consistente; e c) consciente dos aspectos

externos que influenciam a educação, visto que a educação não se resume à sala de aula ou à escola, mas está presente num contexto cujas características interferem no seu andamento.

Gatti (2008) ao questionar os motivos que têm provocado o surgimento de tantos projetos de formação continuada de professores, considera que tal ocorrência tem base histórica em condições que emergem na sociedade. Como os desafios colocados aos currículos e ao ensino, ou nos desafios postos aos sistemas de ensino através da universalização, ou pelas inúmeras dificuldades enfrentadas por gestores e professores no cotidiano escolar. Porém, a insistência em relação à questão da formação continuada, deve-se ao fato de que a qualidade do ensino, bem como a eliminação do fracasso escolar, ainda não foi alcançada, apesar de toda a luta persistente dos educadores e das políticas e programas educacionais implementados.

Soares (2008) demonstra que a formação continuada tem sido bastante considerada na pesquisa educacional e levanta a hipótese de que as políticas de profissionalização docente são desenvolvidas de uma forma específica no campo da formação continuada dos professores, calcadas em uma compreensão determinada de trabalho docente, pragmática e praticista, provocando uma reduzida efetividade dos cursos ofertados, o que demanda uma maior abordagem pela pesquisa educacional.

Ferreira (2007) e Gatti (2008) apontam que o motivo pelo qual as ações de formação continuada não têm atingido os resultados esperados, estaria na definição do conceito de formação continuada, sendo esta uma tarefa complexa, se forem consideradas as várias possibilidades existentes.

Em uma perspectiva de totalidade, pode-se afirmar que a formação continuada, isoladamente, dificilmente poderia levar a mudanças significativas. A construção de um sistema educacional democrático, não seletivo e não excludente depende de uma série de outras medidas e ações, tais como: a explicitação de uma concepção de educação, homem e sociedade; uma revisão de toda a concepção de conteúdo, metodologias, avaliação e gestão da escola; a criação de políticas de democratização do sistema educacional (MAINARDES, 2008); a melhoria das condições de trabalho, de salário e de jornada dos professores; entre outras.

Dessa forma, pode-se considerar que a formação continuada de professores é uma questão necessária, mas não suficiente para a construção da qualidade da

educação. De acordo com Polimeno (2001, p.455), as dificuldades encontradas na formação continuada são as seguintes:

- a) cada nova política, projeto ou programa parte da estaca zero, desconsiderando a experiência e o conhecimento acumulados;
- b) a formação é tomada isoladamente, sem se considerar outras dimensões do exercício profissional (condições de trabalho, recursos disponíveis, carreira e salário);
- c) privilegia os aspectos individuais da formação;
- d) não integra um sistema de formação permanente.

Para a autora, a formação enquanto entendida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento exige que o professor esteja disponível para continuar aprendendo. Ao mesmo tempo, deve permitir que ele aprenda a refletir sobre suas próprias ações.

Moreira (2002) alerta para o fato de que a formação continuada pode tornar-se um “negócio lucrativo”, principalmente quando são propostos cursos superiores aligeirados, que melhoram estatísticas com pouco investimento, satisfazendo exigências que não têm nenhum fundamento em teorias pedagógicas e parecem reduzir o profissional da educação a um “produtivo ensinador”, ou melhor, “são verdadeiros pacotes comerciais, idealizados por improvisados formadores que se encontram distantes da realidade escolar e estão mais interessados na Formação Continuada como um negócio lucrativo”.

Para que tal situação seja transformada, é necessário que se estabeleçam programas de formação continuada de professores, como meio de fomentar a produção de intelectuais críticos, aprimorar seus conhecimentos teóricos e estimular sua reflexão crítica a partir do seu contexto da prática.

Segundo Ferreira (2003), no campo da formação continuada espera-se que os professores aprimorem seus referenciais e práticas pedagógicas, visto a necessidade de se ter uma formação aprimorada, alicerçada em uma concepção crítica, para o alcance de melhores resultados em sua ação, além do reconhecimento de sua profissionalidade.

O autor descreve que, em uma perspectiva crítica, a formação continuada deve ocorrer em um ambiente de comprometimento com o desenvolvimento da profissionalidade docente, de forma a articular as questões políticas e sociais à prática pedagógica e atuação junto aos alunos.

Para isto, a formação continuada precisaria valorizar o saber teórico, bem como instrumentalizar os professores para implementarem práticas pedagógicas que pudessem garantir a apropriação do conhecimento por todos os alunos. A formação de professores para o emprego de práticas sistemáticas, pedagogias diferenciadas e avaliação formativa são alguns exemplos que poderiam ser indicados como necessários no contexto atual.

Em virtude da complexidade do tema, é pertinente afirmar que as políticas educacionais voltadas à formação continuada de professores, especialmente os professores alfabetizadores, são fundamentais e possuem um potencial significativo para a promoção da melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos com um impacto relevante na prática social, na medida em que pode instrumentalizar os professores com o domínio teórico-prático necessário para uma ação pedagógica mais eficiente e eficaz. No entanto, as políticas de formação continuada precisam estar articuladas a outras políticas, uma vez que a problemática da aprendizagem e da construção da qualidade na educação pública, exige uma multiplicidade de ações e intervenções para além da formação continuada de professores.

Nem todos os educadores precisam ter formação em Educação Especial, mas todos deveriam estar preparados para conviver com os alunos e suas diferentes condições. Sem uma conscientização geral, fica bem mais difícil promover a inclusão. Por fim, atuar na Educação Especial e Inclusão é contribuir com a construção de uma sociedade democrática e plural, na qual todos os sujeitos possam exercer seus direitos e deveres e contribuir com o bem-estar de todos.

2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM TEMPO DE PANDEMIA DO COVID-19

A educação passa por uma transformação, e essa transformação passa pelas bases e diretrizes, mas também pelo ambiente escolar.

O Atendimento Educacional Especializado, que abrange o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à escolarização, durante o período de suspensão das aulas presenciais, deverá estar centrado na identificação e eliminação das barreiras no processo de aprendizagem, visando a plena

participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nos termos da Resolução CNE/CEB 4/2009.

Para tanto, o atendimento educacional especializado levará em consideração as chamadas adaptações razoáveis, assim entendidas as adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados, visando assegurar que o estudante público-alvo da Educação Especial possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais, nos termos do artigo 3º, inciso IV e VI, da Lei nº 13.146/2015 e do parágrafo Único do artigo 8º da Resolução CEE-ES Nº 5.077/2018.

Nesse sentido, a produção, as adaptações e as adequações de materiais para atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial em relação ao acesso ao currículo escolar, por meio das Atividades Pedagógicas Não Presenciais - APNP, serão definidas no Plano de Atendimento Individual (Quando o aluno é atendido individualmente, conforme a sua necessidade e especificidade).

Essas práticas são asseguradas pelos professores especializados que atuam nas salas de recursos multifuncionais, que são as salas dotadas de recursos e materiais especiais para que possa trabalhar com alunos com necessidades especiais em colaboração com os professores do ensino regular, nos termos do artigo 5º da Resolução CEE-ES Nº 5.077/2018¹. Para os estudantes identificados com altas habilidades/superdotação os profissionais da sala de recursos buscarão ofertas de atendimentos suplementares com atividades de enriquecimento curricular, conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução CEE-ES Nº 5.077/2018.

No trabalho colaborativo, o professor do atendimento educacional especializado atua junto com o professor do ensino regular possibilitando produção de conhecimentos, desencadeando mudança no acompanhamento nos processos de transformação de olhares, percepções e atitudes, não somente as ações concretas.

¹ Revoga os artigos de nº 290 a 296 da Resolução CEE-ES n.º 3.777/2014, no que dispõem sobre a organização da oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Considera que é dever constitucional do Poder Público garantir a educação especial inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, assegurando os serviços educacionais às pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Diante deste cenário, o Conselho Nacional de Educação emitiu orientações aos sistemas e às redes de ensino, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas de todos os níveis, etapas e modalidades. Sendo a orientação para que a oferta ocorresse para todos, a questão que surge para os profissionais da Educação Especial é como organizar o Atendimento Educacional Especializado de forma remota. Diversos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação emitiram pareceres e resoluções com o intuito de orientar as escolas pertencentes aos seus respectivos sistemas quanto à reorganização do calendário escolar e oferta de atividades não presenciais para seus alunos enquanto perdurar a necessidade de distanciamento social. O Parecer ²CNE CP nº 05/2020 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO), que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não 3 presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, fala em seu item 2.13 “Sobre a Educação Especial” que: Segundo (BRASIL, 2020, p. 15): “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas”.

No momento atual tal articulação faz-se de extrema necessidade para acompanhar pedagogicamente o envio e orientação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais - APNP, com usos dos formulários, Plano Atendimento Educacional Individualizado e usos de ferramentas tecnologias assistivas disponibilizadas, neste momento, atendendo as especificidades das áreas do público de crianças/ estudantes da Educação Especial.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças, adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas

² Parecer Homologado Parcialmente Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32. Ver Parecer CNE/CP nº 9/2020

Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento.

O novo “Normal” exige um ambiente mais amplo, ventilado, arborizado, onde o contato com a natureza é essencial para nossa saúde física e mental. E assim também cada vez mais é necessário a adaptação no currículo, no fazer pedagógico e mais ainda na relação do EU x OUTRO, aluno x professor, ou seja, Escola x Família.

A pandemia da COVID-19 causada pelo novo corona vírus causou no mundo capitalista muitas surpresas, principalmente porque exigiu respostas rápidas à capacidade impressionante de transmissibilidade da partícula viral. De maneira geral, os governos decretaram medidas cada vez mais rígidas de isolamento social, esvaziando os bancos de escolas e universidades em todos os continentes e colocando à burguesia a importante tarefa de pensar estratégias para a garantia da aprendizagem das crianças e jovens, ao mesmo tempo que capacita em nível mundial todo esse contingente humano.

Quando pensamos na pandemia da COVID-19, é instantâneo considerar os reflexos negativos que ela causou, inclusive, na educação. Esses impactos são preocupantes não somente em relação à aprendizagem, mas, também, quanto ao número de crianças e jovens que abandonaram os estudos.

Nota-se que a pandemia acelerou os problemas e acentuou as desigualdades sociais existentes em nosso país. Diante disso, é essencial agir rápido, indo atrás de cada criança e cada adolescente que está com seu direito à educação negado. Esse processo é chamado de Busca Ativa.

No Brasil, as diretrizes que apontam para a aplicação do ensino remoto no sistema educacional público e privado são orientadas pelas diretrizes do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2020) que trabalha a partir da perspectiva de igualdade de condições de aprendizagem. Essa pressuposta igualdade, para ser efetiva na realidade brasileira, precisaria superar a abissal desigualdade de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como à desigualdade no acesso à sistemas de banda larga de internet e é nesse contexto que os mais variados aparelhos privados de Hegemonia no Brasil são mobilizados para oferecer respostas aos sistemas educativos.

Alinhada a todas as orientações para o desenvolvimento dessa modalidade remota a toque de caixa, lançou-se nas suas mais diversas plataformas digitais um conjunto de ações de incentivo e estímulo à prática do exercício de autonomia pedagógica em tempos de crise, voltados a estudantes e professores, mas também a seus responsáveis.

No ensino remoto, muitos professores estão evidenciando sua humanidade, sua preocupação com o bem-estar de quem faz parte de sua vida. A empatia com o aluno é essencial, ainda mais nesse momento que estamos vivendo. Aprender a engajar o aluno numa cena que as vezes não lhe foi dada na formação inicial, como acontece hoje no ensino remoto foi um aprendizado enorme em relação as tecnologias: rompeu-se barreiras.

Os professores especializados da Educação Especial em articulação com o professor do ensino regular e a equipe pedagógica da escola, ficarão responsáveis pelas adequações das atividades e dos materiais dos estudantes público da Educação Especial, pois hoje em dia, já é assegurado em lei a garantia dos direitos dos alunos especiais de frequentar a escola com todos os recursos necessários para sua aprendizagem, mas para que isto seja possível, é preciso que a família trabalhe em parceria com a escola pela luta dos direitos da aprendizagem desta criança especial.

Na adequação da atividade deverão ser considerados: I- O Plano de Atendimento Educacional Individualizado e/ou Estudo caso; II- O grau de autonomia para execução da atividade, com a possível mediação dos familiares; III- O recurso educacional especializado necessário para a execução da tarefa em casa. As atividades desenvolvidas deverão ser devolvidas e avaliadas conforme previsto no Plano de Atendimento Educacional Individualizado e arquivadas no portfólio do estudante. O professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE (com atuação no trabalho colaborativo e no atendimento no AEE na Sala de Recursos Multifuncional no contraturno), bem como a equipe técnico-pedagógica deverão ser responsáveis pela adequação das atividades organizadas pelo professor regente para os estudantes público da Educação Especial.

Diante disso, cabe ao professor especializado da Educação Especial orientar quanto à disponibilização dos recursos de acessibilidade. Para os estudantes com deficiência intelectual, deve-se privilegiar atividades que respeitem a especificidade do estudante na área. Assim, foi-se transformando a educação com metodologias

ativas e modelos flexíveis. Surge, então, as metodologias ativas, o ensino híbrido de fato recriar, repensar, ressignificar as formas de ensinar, repensar e aprender serão o legado desse contexto pandêmico para o futuro. O novo nos assusta, mas é preciso reagir buscando transformar.

Em relação aos efeitos do contexto da pandemia no ensino, os resultados da pesquisa mostram que os professores perceberam que a relação família-escola foi aumentada, mas também salientaram que houve dificuldades dos pais e das famílias em obterem os recursos de acessibilidade necessários para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Os docentes ainda afirmaram que a atenção da gestão escolar aumentou, porém, a aprendizagem desses alunos diminuiu.

Sobre as dificuldades de atuar com os alunos da Educação Inclusiva, mais de 60% dos participantes, ou seja, os professores que participaram da pesquisa para este trabalho, indicou que o trabalho à distância foi a maior dificuldade encontrada durante a pandemia. Outro aspecto destacado na pesquisa foi a importância do reforço e promoção do trabalho conjunto entre o docente da classe comum e o docente da Educação Especial. “Pensando em Educação Especial, é fundamental que a gente reflita e trabalhe na formação desses professores, de como deve ser o trabalho conjunto entre esses dois grupos de professores. Então, que formação seria essa agora repaginada para um contexto de crise sanitária? A resposta não é explícita porque sabe-se a resistência

Estamos vivendo um período cada vez mais transformador, mais exigente e diferente de tudo que vivíamos. Então o que fazer para não perdermos nossa essência? Acreditamos que por meio da educação podemos transformar e mudar o mundo, mas para isso é imprescindível preparar o aluno para os desafios futuros, das evoluções recorrentes, para que se tornem sustentáveis, a tecnologia está cada vez mais próxima do ser humano, a indústria migrando para a tecnologia digital e muitos outros impulsos que aceleram as condições sociais.

Para tantas transformações, devemos preparar nosso alunado seja ele com deficiência ou não, para uma sociedade exigente, no entanto, oferecendo um espaço com menos diferenças, onde reconheçam e respeitem a individualidade de cada um e ao mesmo tempo, que tenham uma equipe preparada, responsável e comprometida com uma educação inovadora.

Exatamente com essas afirmativas é que defendemos e propagamos o uso de competências e habilidades promissoras para o desenvolvimento integral do ser humano mediante um currículo de base consistente, pois além das disciplinas obrigatórias é preciso preparar nossos alunos para uma vida social.

A inclusão social é entendida como o processo de participação efetiva das pessoas com deficiência nos vários grupos de convivência social. É vislumbrar a deficiência como simples alteração da condição humana, seja ela de uma estrutura corporal, neurológica, psicológica, mental, sensorial ou múltipla que, por fazerem parte do contexto das políticas públicas, devem ser atendidas e executadas. A mesma segue o caminho do desenvolvimento e consolidação e, por isso, precisamos e queremos avançar muito mais, com a continuidade das ações que estão sendo praticadas. Esta inclusão nos espaços públicos está sendo compreendida, respeitada e construída através de campanhas e projetos de leis implementados. Contudo, frisamos que o “desenvolvimento socioemocional” tem relação direta com a concretização de projetos de vida respeitando a diversidade, a singularidade e a heterogeneidade entre as pessoas.

De maneira sistemática, organizou-se novos padrões de aprendizagem no Atendimento Educacional Especializado através das aulas presenciais serem atingidas por conta da pandemia COVID-19 migrando para as aulas remotas ou ensino híbrido. Essa etapa de adaptação tanto para a escola quanto para a família ainda continua com seus percalços. Enfim, todos nós sentimos concretamente os efeitos das políticas capitalistas de mercantilização da vida.

Em tempo de Corona Vírus e isolamento social, milhões de crianças e jovens com e sem deficiência deixaram suas escolas e estão dentro de suas casas, tendo de lidar com uma rotina nunca vivenciada. Como famílias e educadores podem encarar esse novo paradigma que nos tirou da zona de conforto? Como praticar uma mudança de mentalidade, sem estresse e desconforto?

O mundo está vivendo um de seus momentos mais difíceis ao ter que lidar com a pandemia do Corona Vírus, que se espalhou em velocidade rápida por todos os países. O que temos visto é um sentimento de pertencimento a uma única humanidade, estamos lutando contra o tempo, aprendendo juntos a combater a disseminação do vírus e, mais do que nunca, nossas competências socioemocionais estão sendo colocadas à prova nesse contexto de crise. Para lidar com insegurança,

ansiedade, medo, isolamento, mudança de rotinas e indefinições é preciso ter empatia, resiliência, foco, responsabilidade, cuidado consigo e com o outro, entre outras competências.

O trabalho no Atendimento Educacional Especializado (AEE), apresenta características próprias que exigem dos profissionais constantes formações e, principalmente, o desprendimento para encarar os desafios que surgem a cada momento. Deste modo, torna-se fundamental aprender a compartilhar e trabalhar de forma colaborativa com os colegas, pois estamos inseridos em uma escola, os alunos público alvo da política de inclusão fazem parte de uma turma e, portanto, precisa-se planejar, definir as estratégias e, conseqüentemente, avaliar, no coletivo para então, retomar as propostas lançadas. Diante do desafio da não aprendizagem, muitas vezes, a intenção é encaminhar o aluno para o AEE, ou seja, de certo modo, transferir a preocupação e responsabilidades para o profissional que atua nesse espaço.

No entanto, torna-se necessário pontuar que nem sempre todas as questões pedagógicas com os alunos devem ser encaminhadas para o AEE, pois o processo de ensino aprendizagem é perpassado por diversas interferências que podem afetar esse desenvolvimento.

Não há como negar ou fugir da realidade que o ano de 2020 nos trouxe, onde as adversidades apresentadas, pela pandemia, exigiram-nos que, fôssemos estabelecendo configurações distintas à medida que tínhamos que desempenhar algo nunca vivenciado. A incerteza se fez presente nas ações tomadas e se por um lado o dinamismo, a necessidade de decidir com rapidez se fazia presente; por outro lado, as dificuldades apresentadas nos mostraram as fragilidades do processo ensino-aprendizagem, mas também, nos instigaram, como profissionais, a criar estratégias capazes de modificar realidades e, principalmente, retomar parcerias, em especial, com a família.

Portanto, a proposta de uma Educação Inclusiva em tempos de pandemia desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas propostas pedagógicas que tão somente envolvem a leitura do texto ou atividade escrita. Nossa ideia é inspirar e apoiar educadores e famílias para interações divertidas e criativas durante o período de isolamento e apresentar estratégias de planejamento aos profissionais que estarão na linha de frente no retorno as aulas presenciais.

Incluir é todo dia, é não desistir fazer o que é possível hoje, tentar amanhã e sempre e como toda a criança acreditar no amanhã. Na mediação da aprendizagem alguns questionamentos são importantes de serem realizados, como forma de ampliar nosso entendimento sobre sua importância.

Para Budel e Meier (2012, p. 148):

A mediação do significado é importante porque ajuda a desenvolver no sujeito uma tendência a buscar significado. Essa é a razão pela qual a criança pergunta tanto os porquês das coisas e procura incessantemente o significado delas. O professor mediador é aquele que está sempre disposto a responder e instigar a curiosidade e a reflexão sobre pontos além do que o aluno está perguntando.

Trata-se de uma relação muito especial no desenvolvimento educativo. A relação com a família foi e é de suma importância para que a mediação pedagógica possa ocorrer assim, família – escola precisam estabelecer uma relação de parceria, pois a prioridade é o desenvolvimento da criança; realizar o trabalho colaborativo com a aceitação das estratégias organizadas pelos professores; a escola precisa ter um momento de escuta para reconhecer as necessidades da família e buscar a ampliação das redes de apoio enfim, ambas precisam estar comprometidas com as ações elencadas a fim de que as mesmas sejam colocadas em prática.

É possível refletir sobre como a pandemia provocou a comunicação permanente entre as escolas e as famílias, estreitou dia a dia o vínculo familiar social proporcionando aprendizado a todas e todos, como também a importância e valorização do Atendimento Educacional Especializado em tempos de ensino remoto, mostrando que é possível buscar e encontrar soluções para a inclusão de todos os alunos por meio das tecnologias, sejam de baixo ou alto custo, sejam digitais ou não.

Entendemos a importância das escolas nesse período pandêmico e, como profissional da educação, lamentamos o não reconhecimento do trabalho remoto, pois ele exige de todo o grupo uma constante ressignificação da prática. Com a vivência desse período podemos nos (re)ver como profissionais da educação à procura de melhores condições de exercer nosso ofício, sobretudo, em uma época, tão desafiadora que, se por um lado assusta por outro instiga a superar as dificuldades e na coletividade, desenvolver as habilidades de compartilhar as decisões, os problemas, compreendendo melhor a si e ao outro.

E sobre a realidade da inclusão “[...]significa admitir todos pertencemos à mesma espécie, e que somos, também, muito diferentes uns dos outros!” (BEYER, 2005, p. 122) E essa é a grande maravilha, cada um carrega em si a essência da unicidade, por mais características que possua em comum com o outro continua sendo um ser único, incomparável que merece ser respeitado pelo sujeito que é. Em suma, almeja-se uma Educação baseada em evidências, de excelência, inclusiva, e com equidade para todos.

2.3 O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Independente do momento difícil pelo qual estamos passando, as pessoas com deficiência (assim como qualquer cidadão) têm o direito à informação, à saúde e à educação de qualidade e, portanto, deve-se desenvolver políticas públicas eficazes, a partir de um trabalho colaborativo entre estudantes, educadores, famílias, diretores de escolas e gestores públicos, que garantam esses direitos a todas as pessoas. Desse modo, fica evidente a responsabilidade de todos em cooperar para a prática e estratégias preventivas que inviabilizem ações discriminatórias e, conseqüentemente, o aprofundamento das desigualdades.

O professor de Educação Especial deverá colaborar com o professor do ensino regular e assim potencializar as relações com as diferentes aprendizagens, de maneira sistematizada, fazendo as articulações referentes às ações didáticas pedagógicas selecionadas neste período de atividade não-presencial. As ações colaboradoras são uma dinâmica de um movimento com possibilidade de contribuir com os sujeitos público da Educação Especial e, também, acompanhar e apoiar esse estudante e sua família, neste período de isolamento social. Sinaliza-se neste momento atípico, que a colaboração pedagógica no processo de elaboração das atividades pedagógicas não presenciais, os professores especializados, com orientação a um trabalho cooperativo junto aos professores e da sala regular, se utilizem de ferramentas acessíveis e assistivas e contribuam para que o estudante, não se perca o vínculo com a escola e o processo de ensino.

Antes de fazer qualquer adaptação, indagar sobre as rotinas e a dinâmica que melhor adequa ao estudante na escola deve ser o primeiro passo. Se mantidas tão

consistentes, estruturadas e previsíveis quanto possível, trará conforto e tranquilidade no ambiente virtual.

Por outro lado, explica-se que podemos estar diante da oportunidade de formar cidadãos mais críticos, empáticos e capazes de serem protagonistas no processo de construção de uma sociedade regida pela equidade. Ressaltamos que construir propostas de atividades pedagógicas baseadas na interação com os estudantes é essencial, principalmente em ambiente virtual.

De forma geral, procure usar sempre estratégias de ensino baseadas no concreto, evitando uma linguagem que possa ser difícil para o estudante. Somente um tipo de atividade ou estratégia de ensino pode não ser o bastante. Preocupar-se em poder adaptar ao que é funcional, no tempo certo, e saber que assim o estudante poderá trabalhar produzindo o melhor dele. É igualmente importante, manter um ambiente virtual (sala de aula) calmo. Para isso, tomar alguns cuidados como diminuir a quantidade e aumentar a qualidade dos estímulos, comunicar a estrutura da atividade em passos “tranquilos”; dar tempo para que possa responder no seu tempo; e que ele possa concluir todas as atividades propostas. Desta forma, para ensinar deve-se respeitar a história, características particulares e os pontos fortes e/ou barreiras encontradas pelos estudantes com deficiência.

Na escola, a sala de aula se configura como o espaço em que se desenvolve grande parte das atividades planejadas pelo professor para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Como sabemos, a sala de aula é um espaço em que acontecem as múltiplas relações sociais entre professor/aluno e aluno/aluno, e onde se refletem, igualmente, as relações com os demais agentes educativos da escola, que favorecem – ou não – o desenvolvimento do processo educativo. Sobretudo, é considerado um espaço de construção e produção de conhecimento.

Pensar o processo de organização do trabalho pedagógico na escola, especialmente na sala de aula, implica transformá-la numa comunidade investigativa que requer rigor metodológico, conversação, diálogo e reflexão como instrumento condutor da relação na aprendizagem do sujeito. Desenvolver uma atividade pedagógica que desperta e potencializa o ato criador do aluno, na perspectiva de assumir a condição de sujeito, implica que o professor exerça a função de edificador de pontes no processo de apropriação e construção do conhecimento do aluno.

Neste sentido, compreendemos, como Rey (2008, p.39), que “a conversação, o diálogo em sala, estimula o envolvimento do aluno, define um processo de aprendizagem norteado pela reflexão”. Por isso que no decorrer do processo de desenvolvimento da atividade pedagógica, é fundamental que não ocorram interferências externas que não estejam em conformidade com a dinâmica do trabalho pedagógico.

Na escola, a aula deve ser compreendida como um conjunto de procedimentos e recursos associados aos conteúdos que o professor utiliza para propiciar o desenvolvimento de habilidades cognitivas no aluno, afirma Libâneo (1994, p. 178), tendo em vista que “a aula é toda situação didática na qual se põem objetivos, conhecimentos, problemas, desafios, com fins instrutivos e formativos, que incitam as crianças e jovens a aprender”.

Assim, a organização do trabalho pedagógico em sala de aula não depende exclusivamente do planejamento das aulas em si e dos conteúdos curriculares. Depende de toda uma organização e planejamento do espaço físico e didático da sala e vai desde a organização das carteiras, de modo a promover a interação entre professor e aluno, favorecendo a intervenção pedagógica, passando pela rotina, os materiais e recursos pedagógicos utilizados pelo docente e, ainda, o tempo previsto para as atividades.

Além das habilidades de planejamento de uma aula, como já afirmamos, o professor precisa estar atento à organização do espaço físico e ao tempo para o desenvolvimento da sua aula. Porém, esta organização requer a participação não só do professor, como também da gestão e coordenação pedagógica da escola.

De acordo com Godoy (2009), essa é uma das questões primordiais da gestão de uma escola, que trata de proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem pautado em uma escola inclusiva. Todos os aspectos da aula mencionados, constituem a prática pedagógica docente.

Esse período em que o processo ensino-aprendizagem ocorrerá de forma não presencial, considera-se que utilizaremos a ferramenta digital, por plataforma on line, com orientação diária na plataforma, assim como inserção de atividades de desenvolvimento educacional. Assim sendo, a sala de aula existirá virtualmente para os alunos durante esse período de “isolamento social”, retornado ao ensino-

aprendizagem presencial quando as autoridades competentes assim determinarem. Os conteúdos seguirão a proposta curricular, devendo considerar adequações do contexto crítico atual.

Por outro lado, é importante entender que a escola é uma instituição integrante da totalidade da organização social. Contudo, é fundamental que na relação escola-comunidade sejam analisados criticamente os determinantes que interferem na ação pedagógica em sala de aula. Uma vez que “a ação docente é uma atividade intencional, sistematizada, programada e organizada, uma prática social, assim como deve ser todo ato educativo formal” (CARVALHO, 2005, p. 208). Problematizam-se, por isso, as interferências externas ao trabalho docente na sala de aula.

Frente a esse pressuposto, devemos pensar a formação permanente do professor que supere a concepção de formação como mera atualização didática, aquisição de métodos e técnicas de ensino, propondo uma formação que ressalte a reflexão sobre a prática, autonomia e a profissionalização docente como componentes essenciais para ressignificar o espaço da sala de aula e a renovação da instituição educativa.

Conhecer as características individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de traçar o melhor atendimento a ser ofertado, sem dúvida, fará com que nós, professores, busquemos conhecimentos neurobiológicos advindos das neurociências e de suas subáreas para que possamos lidar com essa realidade construindo conhecimento, adquirindo novas competências pedagógicas e promovendo práticas inclusivas, que respeitem as diversidades e a singularidade de nossos aprendizes.

Para que toda pessoa com deficiência tenha acesso a educação de qualidade na escola comum é preciso educar para incluir e incluir na sala de aula acolhendo a diversidade durante o processo educativo, oferecendo currículo diversificado e redes de apoio. Com a percepção de que existem cérebros diferentes faz-se necessário olhar e valorizar propostas pedagógicas que estejam atentas à acessibilidade pedagógica para dessa forma tornarmos a inclusão uma realidade. Surge, então, no contexto desta pesquisa, uma linha de estudo que propõe olhar à inclusão. Baptista (2015) nos traz considerações relevantes referentes à intensificação de intervenções pedagógicas, visando oportunizar às pessoas com deficiências diferentes modos de viver na escola.

Acrescentamos ideias relacionadas à acessibilidade no sentido destacado por Veiga (2015, p. 2) em que os princípios curriculares e de formação de profissionais de educação, especialmente de docentes, relacionam-se aos princípios da acessibilidade pedagógica, que: “Refere-se à ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionado diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação”; complementada pela acessibilidade atitudinal, que, segundo a autora, “diz respeito à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações”. (Idem).

Ao referirmo-nos à inclusão, optamos pela proposta de flexibilização curricular ao invés da ideia de adaptação curricular que, segundo Garcia (2007), essa organiza as atividades educacionais de acordo com diagnósticos e prognósticos clínicos sobre o desenvolvimento de alunos incluídos. A referida autora (2007, p. 13) destaca estratégias de flexibilidade curricular relacionadas à inclusão educacional centradas na perspectiva de “diversificar as opções de aprendizagem, promover ajuda entre as crianças, oferecer suporte para as dificuldades apresentadas pelos alunos e desenvolver relacionamentos mais próximos com as famílias e a comunidade”. Para ela é através disso que se faz uma conexão entre currículo flexível e o trabalho pedagógico inclusivo.

Queremos que a escola pública comum seja realmente inclusiva em todos os parâmetros. Uma escola capaz de acolher o ser humano e suas diversidades e que ofereça um espaço apropriado para atender esse público, a Sala de Recursos. Nesse sentido, a LDB é clara ao assegurar a educação como um direito de todos, e de acordo com o texto referente ao “Título III Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, em seu Art. 4º inciso III diz que é dever do Estado com educação escolar pública garantir:

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (LDB, 2017, p. 9)

Atualmente, observa-se um grande avanço, com a criação de leis que asseguram a educação como direito de todos, mas na realidade ainda falta muito para alcançarmos a igualdade e equidade na educação ofertada pelo Estado. Nesse sentido, Mantovani (2013 *apud* CAIADO *et al.*, 2016, p. 335) enfatiza que “[...] há um

longo caminho para ser trilhado em que o movimento social das pessoas com deficiências [...] do Brasil precisarão lutar para efetivação dos direitos conquistados”.

Notamos que o retorno nas aulas presenciais já fora diferente, veio com uma experiência vivida que pode ter deixado diversos impactos negativos, não apenas na aprendizagem, mas no desenvolvimento socioemocional causado pelo isolamento social e distanciamento escolar.

O trabalho colaborativo tem se destacado muito na atualidade quando nos referimos à qualidade do ensino nas escolas, especialmente aos temas voltados para a Educação Especial, visto que estas instituições de ensino, regulares e especializadas, recebem alunos apresentando algum tipo de deficiência que influencia diretamente nos processos de ensino e aprendizagem.

Para ajudar estes alunos, é necessário que o professor do ensino da sala comum e o professor especialista na área de Educação Especial trabalhem de forma colaborativa na elaboração de estratégias didáticas-pedagógicas, com o objetivo de atender às necessidades educacionais de cada estudante, pois cada um apresenta suas particularidades e maneira própria de aprender.

Dessa forma, o trabalho colaborativo entre estes profissionais da educação, pode contribuir para implementação de ações que visam o a oferta de um ensino de qualidade que proporcione o pleno desenvolvimento e desempenho escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Para melhor entendimento do assunto, vamos discorrer de forma sucinta sobre como os professores podem trabalhar de forma colaborativa, destacando seu objetivo e princípios, ressaltando a importância da parceria dos professores no processo de construção dos planos e atividades a serem desenvolvidas para que favoreça a inclusão.

À priori, é necessário entender que o trabalho colaborativo depende do interesse e auxílio de ambas as partes, pensar e agir coletivamente na elaboração de planejamento com o objetivo de solucionar os problemas, pois o trabalho em conjunto ultrapassa a divisão de tarefas entre os membros de uma equipe, e apoia-se na soma das habilidades, conhecimento, compartilhamento ideias de cada profissional envolvido.

Nesse sentido, Friend e Cook (1990) *apud* Santos, Mamakishima e Silva (2015, p.4) dizem que a colaboração só acontece quando há interação de no mínimo, dois

parceiros equivalentes, que estejam comprometidos num processo conjunto de tomada de decisão, trabalhando em direção a um objetivo comum.

Exemplificando este pensamento, podemos citar o trabalho dos professores da Educação Especial e da sala de aula comum que trabalham em conjunto para planejar, bem como elaborar atividades que atendam às necessidades de aprendizagem dos alunos com TEA.

Nessa perspectiva, podemos destacar que o objetivo do ensino colaborativo é segundo Santos, Mamakishima e Silva (2015, p.6) o desenvolvimento de metodologias de ensino para o acesso ao currículo, enriquecimento curricular, formas diferenciadas de avaliação que favoreça a inclusão escolar, envolvendo a parceria direta entre professores do Ensino Comum e Educação Especial.

Essa metodologia do ensino colaborativo vem crescendo e tem se destacado nas escolas que atendem os alunos que apresentam alguma deficiência ou síndrome, pois os estimulam a mudar sua postura passiva e para protagonizar seu processo de aprendizagem, participando das atividades elaboradas pelo professor especialista da sala de recursos e do regente da sala comum. “O objetivo do trabalho colaborativo é o desenvolvimento de metodologias de ensino para o acesso ao currículo, enriquecimento curricular, formas diferenciadas de avaliação para melhoria no desempenho acadêmico”. (MAMAKISHIMA; LIMA; SANTOS; SILVA, p. 8)

Por isso, para que haja sucesso na prática do trabalho colaborativo, principalmente na área da Educação Especial é necessário haver planejamento dos professores e que de fato, conheçam o seu aluno, a forma como ele aprende, o que ele gosta de fazer etc. para que os discentes elaborem estratégias nas atividades propostas, que estimule o desempenho escolar e o aprendizado desses estudantes.

A Educação Especial volta-se para o atendimento educacional de pessoas que apresentam alguma deficiência, estando matriculadas regularmente em escolas regulares ou especializadas. Ressalta-se ainda que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº9398 de 20 de dezembro de 1996 em seu art. 58 diz que, crianças com transtornos globais de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação também são público alvo. Brasil (1994, p.17) enfatiza ainda que a Educação Especial:

[...] Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob

esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p.17).

Na Educação Especial, o trabalho colaborativo precisa ser pedagogicamente estratégico, prático e acessível. Por isso, os professores do ensino comum e o especialista, ao elaborarem o planejamento têm que procurar envolver a comunidade escolar, pois também são responsáveis por estes alunos público-alvo, e jamais esquecer o seu papel nesse processo educativo. Torna-se importante destacar que o processo de construção do trabalho colaborativo começa com o planejamento, iniciando pela criação de espaços onde irá ocorrer os encontros para troca de experiências, compartilhar estratégias, reprogramar ações e atividades dos trabalhos pedagógicos aplicados e para avaliar deste.

No trabalho colaborativo, o professor especialista e o das disciplinas compartilham a responsabilidade de planejar e implementar o processo de ensino e aprendizagem do público-alvo, sendo necessário que nele as atividades propostas estejam de acordo com a estrutura física, com a turma a ser contemplada, ou seja, o ambiente deve ser favorável à sua aprendizagem.

O essencial desse trabalho é proporcionar o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que propõem uma parceria de trabalho entre profissionais da educação especial e profissionais da educação comum, desencadeando estratégias e operacionalização do plano de ação/intervenção da escola. (MAMAKISHIMA E. A. C. *et al*, 2015, p. 10)

Em relação ao ambiente, podemos ressaltar ainda que ele pode favorecer a aprendizagem do público-alvo, então, torná-lo atrativo ao aluno, pode ser uma estratégia para aguçar a curiosidade e o interesse dos mesmos em busca do aprendizado. A relação do professor com seu aluno tem que ser mútua e de confiança, para que o mesmo obtenha confiança em realizar as atividades propostas.

O trabalho colaborativo na Educação Especial se torna destaque no processo de inclusão, visto que os profissionais da sala comum e especial podem trabalhar assuntos que abarquem as individualidades dos alunos nos dois ambientes. Nesse sentido, reforçamos a importância do planejamento dos professores no “projeto de ensinar colaborativamente [...] na responsabilidade compartilhada entre professor da sala comum e educador especial com ações que favoreçam a aprendizagem do

público PAEE dentro da sala regular e de forma conjunta (MAIA; AMORIM, 2020, p. 3).

A parceria direta para compartilhamento de saberes entre profissionais da educação, valoriza suas experiências no auxílio de resoluções de problemas da aprendizagem eficiente dos estudantes da educação especial. Ela se efetiva por exemplo, na elaboração de atividades escritas e lúdicas sobre determinado tema. São essas atitudes que efetivam o compromisso na oferta do melhor atendimento dos alunos com necessidades especiais e fortalecem a qualidade do ensino ofertado a este público-alvo que necessita do AEE nas escolas.

Por fim, Sousa, Silva e Fantacini (2016) asseguram que o ensino colaborativo é um instrumento importante como estratégia de inclusão, pois possibilita o compartilhamento de saberes entre profissionais e contribui para os processos de aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial.

Diante dos estudos e considerações sobre a temática “trabalho colaborativo na Educação Especial, podemos refletir sobre a importância da sua implementação nas escolas que atendem os alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado para superar as barreiras que interferem no seu aprendizado.

Essas considerações nos levam a refletir se os professores da sala de aula comum, estão realmente preparados para atender os alunos especiais, que apresentam algum tipo de deficiência física ou intelectual, no que se refere à estrutura física e pedagógica da escola, pois sabe-se que para esse público a forma de ensino e aprendizagem tende a ser trabalhada diferencialmente de acordo com as necessidades de cada aluno.

Por isso, é importante refletir o papel do professor especialistas e da sala comum como indispensável para o desenvolvimento escolar desses alunos. Portanto, devem estar preparados e capacitados para fazer o atendimento dos alunos considerando que são portadores de necessidades especiais, buscando integrá-los em seu espaço vivido, criando estratégias e instrumentos necessários para trabalhar a transmissão de conhecimento referentes aos conteúdos escolares tanto na sala de aula comum, quanto na Sala de Recursos Multifuncionais.

É preciso que o professor especialista e o da sala comum trabalhem nessa perspectiva de colaboração no planejamento das atividades pedagógicas e estratégias didáticas conjuntas, levando em consideração as singularidades de cada

estudante, assegurando que o mesmo tenha acesso integral ao currículo escolar, proporcionando o desenvolvimento global dos alunos.

Diante do exposto, chega-se à conclusão que o trabalho colaborativo na Educação Especial se apresenta como uma verdadeira estratégia viável ao processo de inclusão dos alunos na escola, ou seja, uma ação pedagógica capaz de atender a essas novas demandas de aprendizagem que se apresentam mais efetiva no cotidiano escolar.

CAPÍTULO III

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A referida pesquisa, ancora-se na necessidade de um maior aprofundamento do tema junto aos participantes, dado a especificidade das questões. Faremos uso da abordagem quali-quantitativa, visto que conforme Minayo (2003), a abordagem qualitativa e quantitativa não é dicotômica e sim, complementares.

A abordagem qualitativa faz um aprofundamento do tema junto aos participantes. Essa abordagem possui facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis compreender e classificar processos dinâmicos por grupos sociais, apresentar processos de mudanças e afins. Assim, pesquisa qualitativa estuda os processos de interação no ambiente natural em que ocorrem, tentando interpretar os fenômenos sociais em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles. Segundo Strauss e Corbin, (2008, p. 40):

Trata-se de compreender a natureza socialmente construída da realidade, assim como a íntima relação entre o pesquisador e aquilo que é investigado por ele, além de se pretender analisar os recortes situacionais que formam a pesquisa em ciências sociais.

Na pesquisa fizemos uso dos seguintes instrumentos: entrevistas com aplicação de questionário estruturados e semiestruturados. Terá como procedimento o hermenêutico, pois trabalha com a interpretação que, por sua vez, interpretam o mundo em que vivem, ou seja, a partir de suas experiências. A pesquisa de campo permite a aproximação direta, com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca do problema para o qual procuramos respostas.

Para a construção dos dados deste trabalho, participaram 10 (dez) professores, os quais atuam na perspectiva inclusiva, portanto, possuem experiência no trabalho com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em situação de inclusão escolar. Ao entender que essa era a técnica mais adequada para responder aos questionamentos propostos. Para a realização da pesquisa no primeiro momento fora explicado o objetivo da investigação aos participantes, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido autorizando a publicação dos relatos fornecidos.

Ficou assegurado o sigilo com relação à identificação dos sujeitos e a possibilidade do professor retirar-se do estudo, a qualquer momento, caso sentisse necessidade.

No segundo momento, houve o preenchimento no modo digital do google questionário pelos participantes e, após a leitura de suas respostas, iniciamos a tabulação dos dados.

O trabalho em questão surgiu de uma preocupação profissional e pessoal da pesquisadora com o tema, por a mesma trabalhar em uma escola de Educação Especial no Município de Parintins, no Estado do Amazonas em uma sala de Sala de Recursos Multifuncionais, com alunos com Necessidades Educacionais Especiais que estão cursando o Ensino Fundamental I. Percebe-se as dificuldades e o despreparo dos professores ao lidar com as diversidades, suas angústias e reclamações quanto à dificuldade de realizar a adaptação curricular.

Em tese, as leis são favoráveis à inclusão de todos, mas é notório que os profissionais das diferentes áreas do conhecimento não estão preparados para trabalhar com estes alunos. Assim, esta pesquisa pretende auxiliar aos educadores, com palestras e oficinas que apresentem experiências que deram certo, para que eles possam proporcionar aos alunos uma melhor qualidade na educação e que se sintam seguros na preparação e planejamento de suas aulas.

Este estudo foi, portanto, uma análise da luta pela busca dos direitos educacionais, ao direito à adaptação curricular para os alunos com necessidades educacionais especiais, priorizando aqueles que possuem necessidades especiais e que estão lotados em classes de ensino regular.

Sejam alunos com necessidades especiais ou não, há uma lei específica que ampara e garante seus direitos, porém a realidade para esses alunos ainda é pouco discutida no meio escolar gerando dúvidas e confusões de como deve ser o processo de avaliação e atendimento.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Tendo a metodologia como uma preocupação referente aos instrumentos que compõem a pesquisa, na concepção de Demo (1996, p.19), “trata-se das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. A finalidade da metodologia para o autor, é tratar a realidade de modo teórico e prático,

e para isso, percorre vários caminhos, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa. “A ciência propõe-se a captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em termo de como chegar a isso” (ibid, p.20).

3.1.1 Contexto da pesquisa

Esta pesquisa fora realizada em escolas públicas da rede estadual de ensino no Município de Parintins, onde ofertam ensino infantil, ensino fundamental e a modalidade EJA para o público alvo da Educação Especial.

Nossa pesquisa deu-se no período de 07 de Abril de 2021 a meados de Julho.

A Escola de Áudio Comunicação Padre Paulo Manna é especial. A escola é um projeto de inclusão social da Diocese de Parintins, atende pessoas com Deficiência de fala e audição. São 225 pessoas beneficiadas, entre três e 48 anos, pelo trabalho da escola criada pela Diocese de Parintins.

Ao longo dos anos, a instituição ampliou seu âmbito de atuação e admitiu outras deficiências e também pessoas com dificuldades de aprendizagem ou com problemas de linguagem. A Escola de Áudio Comunicação Padre Paulo Manna oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental, de 1^a. a 4^a série, merenda escolar, laborterapia (artesanato), informática, educação física (natação e outras modalidades esportivas), e também o estudo de Libras, a língua materna dos surdos, para os alunos e também suas famílias para que facilite o trabalho escola/família.

Outra escola que serviu de objeto desta pesquisa fora a Escola de Educação Especial “Glauber Viana Gonçalves” mantida pela Associação Pestalozzi de Parintins, entidade civil sem fins lucrativos, de caráter cultural, educacional e de Assistência Social, inspira-se na filosofia e pedagogia de John Henrrich Pestalozzi.

A Escola de Educação Especial Glauber Viana Gonçalves - Pestalozzi de Parintins atualmente oferta as seguintes modalidades de Ensino :Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos EJA, Reabilitação, Fisioterapia, Fonoterapia, Psicoterapia, Oficinas Protegidas de Arte, Dança, Corte e Costura, Doces e Salgados Assistência Social e Inclusão Digital. Tem com Público Alvo as Deficiências: intelectual, visual, múltipla e Transtorno do Espectro Autista- TEA. A instituição está com 163 (cento e sessenta e três)

atendimentos diários extensivos às famílias faixa etária: de zero a 49 anos neste ano de 2022. Nesta escola há uma grande diversidade de pessoas com Deficiência.

3.1.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para essa pesquisa foram selecionados professores da rede Estadual de Ensino do Município de Parintins, onde existem 220 escolas, 204 alunos público alvo da Educação Especial matriculados na rede estadual.

Foram pesquisadas duas escolas especiais da rede estadual com um universo de 10 professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais.

Todos os participantes têm formação em nível superior e experiência na área conforme apresenta a tabela a seguir:

QUADRO 1: Características dos professores

Professor	Atuação em escola pública ou particular	Sexo	Formação	Tempo de trabalho na área da Educação Inclusiva
Ananda Sena	Pública	Feminino	Pedagogia	De 2 a 5 anos
Maria do Carmo Sena	Pública	Feminino	Pedagogia	De 2 a 5 anos
Ena Mara Nunes	Pública	Feminino	Pedagogia	De 2 a 5 anos
Maria Joilse Souza	Pública	Feminino	Pedagogia	De 2 a 5 anos
Gleyce Franco Martins	Pública	Feminino	Pedagogia	De 2 a 5 anos
Alcinei Campos	Pública	Feminino	Pedagogia	De 5 a 10 anos
Ana Cristina Mota	Pública	Feminino	Letras	De 5 a 10 anos
Kedma Brasil	Pública	Feminino	Magistério	De 5 a 10 anos
Rita Teixeira Cunha	Pública	Feminino	Magistério	Mais de 10anos
Fridomar Guerreiro	Pública	Feminino	Química	Mais de 10 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

3.1.3 Material

QUADRO 2: Materiais utilizados para a realização da pesquisa

	MATERIAIS
01	notebook
02	internet
03	celular
04	impressora
05	papel A4
06	caneta

Elaborado pela autora (2021)

No capítulo a seguir, será apresentado os resultados provenientes da pesquisa quali-quantitativa. Primeiramente serão apresentados e depois os mesmos serão discutidos para que se possa chegar a um determinado contexto com esta interpretação.

CAPÍTULO IV

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa pesquisa encontrou seu objeto de estudo na rede de professores em meio a questionários aplicados durante 3 meses e pelas observações feitas nas escolas na rede estadual de ensino do Município de Parintins, do Estado do Amazonas.

A análise dos resultados das entrevistas que compõem a parte qualitativa da pesquisa, foi feita utilizando-se o método de análise de conteúdo. Primeiramente, foi feita a leitura flutuante e, em seguida, a exploração do material das entrevistas. Com isso, identificou-se as categorias existentes no discurso dos indivíduos, atentando-se sempre para o referencial teórico.

4.1 PRIMEIRO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

É preciso ter clareza da totalidade do processo de escolarização e da Adaptação e produção de materiais facilitadores. Alinhar-se à um currículo histórico crítico com pensamento contextual. Trabalhar a comunicação em tempo real em um ambiente virtual em meio a oferta do ensino remoto.

Para tanto, o uso de metodologias ativas, se fez cada vez mais necessárias, pois a inserção do aluno e família como principal responsável pela aprendizagem foram fundamentais para o êxito de toda e qualquer aprendizagem. Uma vez que o contexto vivenciado, exige cada vez mais a colaboração e o compromisso das famílias na formação de seus filhos. Para tornar a experiência do uso de aulas remotas, a melhor possível.

Nunca poderemos predeterminar os limites de desenvolvimento do indivíduo.

O objetivo desta pesquisa foi produzir uma análise das significações que os professores constroem. O procedimento de análise dos dados foi iniciado com um estudo dos questionários. Após leitura dos dados e sua descrição por subtemas: (RE) planejando caminhos possíveis; Formação permanente do professor; O atendimento educacional em tempo de pandemia de COVID-19 e o trabalho colaborativo na Educação Especial procedeu-se uma análise comparativa entre as respostas dos participantes e também uma análise comparativa das respostas com a literatura apresentada na revisão teórica.

4.2 SEGUNDO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Na análise dos resultados obtidos, consideramos as opiniões sobre a evolução da adaptação de materiais pedagógicos nas práticas dos professores no exercício do aprender relacionado à inclusão. Por se tratar de um estudo direcionado aos professores com experiência em Educação Inclusiva, observamos que os participantes trouxeram uma contribuição mais elaborada, sistematizada e muito relevante acerca dos atributos que compõem o conceito de inclusão, pois tiveram oportunidade de angariar experiências durante os anos de atuação em escola inclusiva, e com isso, de refletir de modo mais aprofundado sobre esta prática.

A Educação Inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

A Educação Inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando. Assim, o primeiro questionamento foi: Visão dos professores sobre o processo de alfabetização e letramento de crianças com deficiência.

Ao serem questionados os professores se reportaram as suas experiências cotidianas. Para a professora Ananda de Nazaré Sena, “o processo ocorre com base no currículo e tendo em vista a proposta pedagógica direcionada com práticas e metodologias para a modalidade da Educação Especial”, sendo que muitas vezes, esse currículo não é trabalhado de forma adequada, ou por falta de profissionais habilitados ou até por falta de estruturas da própria escola. Já a Profa. Maria do Carmo Sena diz que “é possível aprender e escrever seu papel como cidadão e seu direito de educação de qualidade com oportunidades de aprendizagens e humanizado” isto porque, acredita-se que mesmo a criança sendo portadora de alguma necessidade especial, tem condições de aprender como as crianças sem anomalias. Para a professora Ena Mara Nunes, “o aluno precisa de muita prática até conseguir assimilar o conteúdo respeitando o ritmo de cada criança”, enfatizando que, dependendo de cada deficiência intelectual, cada criança tem seu ritmo de aprendizagem e que o mesmo precisa ser respeitado.

A professora. Maria Joilse Souza diz que “assim como existe o professor pesquisador que procura potencializar a aprendizagem do aluno utilizando ferramentas que facilite sua prática pedagógica, existem ainda, infelizmente, aqueles que não contribuem para o processo da inclusão”, isto enfatiza o quanto é importante o professor se manter sempre atualizado no mercado de trabalho, em busca de capacitação e formação continuada para melhor atender seus alunos. A seguir, a Profa. Gleyce Franco Martins opina que “este processo ocorre da mesma maneira que as demais, pois os alunos participam do mesmo processo em sala de aula, porém, algumas crianças têm mais dificuldades que outras”, concluindo que as crianças com necessidades educativas especiais têm diferentes ritmos e maneiras de aprender, e que os professores devem estar atentos para este processo de ensino e aprendizagem.

A professora Alcinei Campos diz que “a alfabetização dessas crianças ocorre de maneira lenta, e que os professores da escola em que a mesma trabalha muito tem se esforçado para que os mesmos alcancem os resultados esperados e que tenham uma aprendizagem significativa, como os demais”, isto foi observado no trabalho dos professores das escolas pesquisadas, onde os mesmos muito se esforçam para que as crianças especiais tenham seu aprendizado garantido. A professora Ana Cristina Mota opina qualitativamente quando diz que a alfabetização dessas crianças

especiais ocorre de forma comum como as demais crianças, e que a luta dos professores deve ser constante para que ocorra a inclusão desta criança no mundo do letramento. A professora Kédma Brasil diz que o letramento das crianças especiais deveria acontecer da mesma forma que acontece com as demais, pois só assim ocorre a inclusão verdadeiramente dita.

A professora Rita Teixeira Cunha diz que é importante o educador respeitar e atentar para o ritmo de aprendizagem de cada aluno, respeitando principalmente as suas limitações de aprendizagem e deficiências, e por fim, a professora Fridomar Guerreiro contribuiu dizendo que trabalhar com alfabetização de crianças especiais é um verdadeiro desafio, já que cada criança traz consigo uma singularidade e suas limitações que devem ser observadas e respeitadas pelo educador. Também é papel do educador criar estratégias metodológicas para chamar a atenção dessas crianças e despertar o desejo e a vontade de aprender.

Pode-se dizer que atualmente os educadores reconhecem, cada vez mais, a diversidade humana e as diferenças individuais que compõem seu grupo de alunos e se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional e garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes. Não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo. A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.

As mudanças são imprescindíveis, dentre elas a reestruturação física, com a eliminação das barreiras arquitetônicas; a introdução de recursos e de tecnologias assistivas; a oferta de profissionais do ensino especial, ainda em número insuficiente. Além da compreensão e incorporação desses serviços na escola regular são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino.

O segundo questionamento foi: Quais recursos são utilizados no processo de alfabetização e letramento dos alunos com deficiência?

As respostas dadas pelos entrevistados foram bem parecidas, os mesmos citaram que utilizam jogos, brincadeiras, materiais lúdicos confeccionados por eles mesmos, materiais tecnológicos como TV, data show, som etc. Mas de acordo com a professora Ena Mara Nunes, a mesma foi mais a fundo em sua opinião, enfatizando

que cada professor tem sua didática, sua metodologia, principalmente na modalidade da educação especial onde existem inúmeros recursos adaptados para cada especificidade da deficiência, e diversas atividades lúdicas que são utilizadas no processo de ensino aprendizagem da criança, para que a mesma possa se tornar significativa. A mesma também ressalta que o planejamento também é muito importante e indispensável no processo de alfabetização e letramento dessas crianças. Cada deficiência tem sua condição e deve ser sempre respeitada, principalmente suas limitações, pelo mediador.

A visão do professor de Educação Especial, hoje, exige primeiramente que assuma uma postura profissional e ética “tal atitude expressa uma função teleológica voltada para o aperfeiçoamento ético e moral dos indivíduos” (PIRES, 2006, p.30). Isto inclui uma prática pedagógica que seja capaz de perceber cada aluno como único e importante, percebendo que possuem especificidades que precisam ser atendidas e não concebidas como barreiras. Para tanto, segundo Martins (2006) em relação ao profissional de educação especial, requer-se:

[...] especialmente, uma efetiva preparação de profissionais de educação, que proporcione um contínuo desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre a sua prática, a fim de modificá-la quando necessário (MARTINS, 2006, p.20).

Em outras palavras é preciso planejamento na atuação dos docentes, e isso inclui a busca por processos criativos para romper as barreiras que impedem a aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, o trabalho com pessoas com necessidades educativas especiais se configura não apenas em um mero atendimento ao aluno, mas sim em um profissional que deve atuar ativamente para a construção de um aprendizado significativo, de forma comprometida pensando criticamente em uma educação que se volte à inovação e a mudança, de uma forma dinâmica e flexível, voltada sempre para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido é necessário investir, fazer adequações ou adaptações curriculares numa tentativa de desencadear de várias maneiras a evolução da aprendizagem do aluno, cabendo a esses profissionais um olhar mais abrangente sobre as metodologias adotadas.

O terceiro questionamento foi: A escola que você atua possui recursos didáticos adaptados? Quais?

Os professores foram unânimes em suas respostas, ao dizerem que em suas Instituições possuem materiais didáticos adaptados para que se possa efetivar um trabalho com esses alunos especiais. Tais materiais são confeccionados pelos próprios professores com materiais de baixo custo. Dos 10 professores entrevistados, apenas 3 citaram que em suas escolas possui mobiliário, equipamento de informática e materiais de acessibilidade para atender as crianças, o que leva-nos a perceber que ainda falta muita organização e investimento por parte do poder público em fazer-se cumprir a lei que garante esses direitos a essas crianças especiais.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais, é um trabalho que busca desenvolver as oportunidades para que todos tenham acesso ao ensino, incluindo recursos pedagógicos, o respeito às diferenças, e a promoção da construção do conhecimento e a inserção deste aluno.

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

Como se pode observar, a lei na política educacional enquanto política social pública, diz que a educação na escola deve ser acessível aos alunos com necessidades especiais oferecendo a ele os mesmos direitos cabíveis que aos outros alunos. Porém o ingresso desses alunos nas escolas tem sido uma realidade distante, pois além da falta de recursos e adaptações, muitas vezes a base profissional do professor não é o bastante para atender as especificidades do aluno com necessidades especiais. Ainda é necessário que ocorram muitas mudanças na escola regular, inclusive na estrutura física das escolas, pois não basta garantir somente na legislação, é necessário valorizar e auxiliar o professor em sua prática e em sua formação.

Em função disso o trabalho em instituições especializadas em educação especial não foi interrompido, pelo contrário o ensino a pessoas com necessidades especiais passou a auxiliar a escola regular, firmando parcerias para oferecer atendimento especializado no período contrário. Estas instituições possuem profissionais especializados que contam com materiais e equipamentos adequados, e, por este motivo tem sido a opção de muitas famílias em busca de educação.

O quarto questionamento foi: Na sua concepção quais os recursos da Tecnologia Assistiva mais indicados para a aprendizagem de crianças público alvo da Educação Especial?

Quando falamos em recursos da tecnologia assistiva que servem para o aprendizado específico das crianças com educação especial, é importante ressaltar que o professor da educação especial deve trabalhar de forma atrelada com o professor do ensino regular estreitando as relações mesmo que as aprendizagens sejam diferentes, fazendo as articulações referentes às ações didático pedagógicas para que se tenha sucesso no processo educacional do aluno que o principal sujeito de todo o procedimento.

As atividades deverão servir de dinâmica para que possam contribuir com os sujeitos da educação especial e também acompanhar e apoiar esse estudante e sua família. É importante que momento atípico por qual a sociedade ainda passa, a colaboração pedagógica no processo de elaboração das atividades pedagógicas não presenciais, os professores especializados, com orientação a um trabalho cooperativo junto aos professores e da sala regular, se utilizem de ferramentas acessíveis e assistivas e contribuam para que o estudante, não se perca o vínculo com a escola e o processo de ensino.

Quando os professores foram questionados sobre quais os recursos da Tecnologia Assistiva mais indicados para a aprendizagem de crianças público alvo da Educação Especial, A Professora Ananda de Nazaré Sena respondeu que em sua opinião os recursos mais indicados seriam o pareamento com imagens, números, cores e formas produzidos em material concreto. A Professora Maria do Carmo Sena respondeu que os recursos mais indicados seriam a leitura e escrita diferenciados, porém não especifica quais seriam. A professora Ena Mara Nunes ressalta que os recursos indicados seriam as pranchas, os recursos ampliados para baixa visão, lápis

engrossado para atrofiamento para das mãos, placas construídas com comunicação alternativas, tapetes sensoriais e outros.

A professora Maria Joilse Souza, diz que os recursos utilizados são adaptados de acordo com a realidade de cada aluno, dependendo de sua necessidade, a exemplo disso pode-se citar os jogos didáticos, as pranchas de comunicação, lápis e outros. A professora Gleyce Franco Martins enfatiza que os recursos mais indicados são aqueles que favorecem o aprendizado do aluno de forma que viabilize sua autonomia com o mundo, o uso da tecnologia assistiva por meio de jogos podem auxiliar o aluno na escrita, na comunicação dos mesmos.

A professora Alcinei Campos respondeu que brinquedos adaptados, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam as questões de acessibilidade, são ferramentas ideais para a aprendizagem das crianças da educação especial e servem como recurso da tecnologia assistiva. A Professora Ana Cristina Mota enfatiza que é necessário conhecer as crianças e suas respectivas deficiências para poder então saber os recursos da Tecnologia Assistiva no atendimento, mas ela diz que acredita que os recursos mais indicados seriam as pranchas de comunicação, os equipamentos eletrônicos, teclados modificados, e outros.

A professora Kedma Brasil respondeu que os recursos indicados, são os recursos concretos, onde as crianças podem ter acesso fisicamente. A professora Rita Teixeira Cunha respondeu que os recursos mais indicados os cartazes, televisão, jornais, vídeos, revistas, computadores, celulares e outros e por fim, a professora Fridomar Guerreiro respondeu que seriam os livros com fontes ampliadas, impressoras scaneadoras de voz.

Diante de todas as respostas dadas ao questionamento feito, sobre qual a concepção dos professores sobre os recursos da Tecnologia Assistiva mais indicados para a aprendizagem das crianças especiais, obtivemos diversas respostas, dentre as quais algumas foram até parecidas.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, explicita o conceito de Tecnologia Assistiva como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com

deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (LEI nº13.146/2015).

Não podemos negar a importância das Tecnologias Assistivas para que a sociedade seja transformada, tanto na área educacional, quanto social, assim como empresarial e na saúde. Isto facilita qualquer processo, diminui distanciamentos, facilita o processo de comunicação e os resultados podem ser vistos de maneira rápida. A tecnologia Assistiva pode romper barreiras que muitas vezes até parecem impossíveis de serem rompidas, ela é uma grande aliada da inclusão do aluno especial na escola, e tem como objetivo prover conforto, segurança, autonomia, com o intuito de ajuda-los a ter uma vida melhor.

O quinto questionamento foi: Quais os recursos didáticos disponibilizados na escola para o ato de alfabetizar e letrar?

Os professores foram questionados sobre esta situação, e os mesmos responderam: A Professora Ananda Sena responde que em sua escola existem os jogos didáticos que são excelentes ferramentas para alfabetizar e letrar. A professora Maria do Carmo Sena respondeu que os recursos necessários são jogos lúdicos, cartazes e letras. A professora Ena Mara Nunes respondeu que jogos de memória, encaixe de blocos, quebra-cabeças, jogos de concentração, são excelentes ferramentas para alfabetizar e letrar. A Professora Maria Joilse Souza respondeu que livros, jogos didáticos, materiais para a construção de jogos para trabalhar com os educandos também servem como ferramentas para despertar a aprendizagem na leitura e o letramento, pois aguçam a memória e despertam a vontade de aprender.

A professora Gleyce Franco respondeu que cartazes, livros didáticos e de histórias, TV, rádio, data show, mural, computador, materiais pedagógicos diversificados e lúdicos e jogos que despertem a memória, são excelentes ferramentas para que o aluno tenha o interesse pelo aprender a ler e escrever. A professora Alcinei Campos respondeu que computadores, jogos e livros, são excelentes ferramentas. A professora Ana Cristina Mota respondeu que jogos lúdicos, didáticos e livros e boas e excelentes ferramentas, que aguçam a vontade do aluno em aprender a ler e escrever.

A professora Kedma Brasil relatou que em sua escola existe em sua escola computadores, jogo do alfabeto móvel, livros, revistas e jogos interativos que são recursos atrativos para o aluno ter vontade de aprender a ler e escrever. A professora

Rita Teixeira Cunha disse que na sua Instituição, possui tarefas adaptadas, letras móveis, lupas, lápis engrossado e outros materiais que servem de aporte para ajudar na alfabetização e letramento do aluno especial e por fim, a professora Fridomar Guerreiro destacou que em sua escola os materiais para letrar e alfabetizar os alunos especiais são adaptados dependendo da especificidade da necessidade do aluno.

Neste processo de alfabetizar a criança, o professor tem o papel de extrema importância, já que é ele que apresenta a criança o mundo das letras, das palavras e é o mesmo o responsável por despertar na criança o gosto pelo ato de estudar. Cabe também ao educador, criar métodos diferenciados para isto. Jogos, brinquedos e brincadeiras, o uso das tecnologias alternativas e outras possibilidades que o auxiliem neste processo. Não podemos retirar a responsabilidade da família, pois ela também é fundamental neste processo, pois a família e escola devem estar em constante contato para que o processo da construção do saber para ser concretizado com sucesso. Portanto, todos os recursos que foram citados pelos educadores entrevistados, são de suma importância, e devem ser considerados e utilizados na escola, pois servem de apoio no processo de alfabetizar e letrar as crianças com necessidades especiais. Segundo Gonçalves; Durau (2017, p. 12):

Diferentemente da leitura mecânica, na qual iniciamos na escola, a leitura de mundo é um processo continuado, que começa no berço e só se encerra no leito de morte. Desse aprendizado ninguém é excluído, ou seja, da leitura de mundo ninguém é excluído. A leitura de mundo nos ensina a ler mais do que os sinais gráficos sobre a folha branca, ela nos ensina a significado das nuvens do céu, a promessa de um sorriso, revela-nos a impaciência atrás de um gesto, um “sim” na boca de quem diz “não”. É a leitura tomada em seu sentido mais amplo.

Além da leitura de alfabetizar e letrar os alunos na escola, também é importante que os mesmos sejam ensinados a ler o mundo em que vivem e aprender a se inserir em seu espaço, conquistar seus objetivos, a ir em busca de seus ideais e interesses e a mostra-los que os mesmos não são diferentes de ninguém, e que são nessas diferenças, que as igualdades acontecem.

O sexto questionamento foi: Como ocorre o processo de formação continua dos professores para o processo de alfabetização e letramento? Com que frequência? Quais os cursos propostos nesta formação?

Os professores entrevistados responderam que os cursos de formação continuada foram bem escassos este ano de 2021, devido a pandemia do COVID-19. Os que foram oferecidos, geralmente era via plataforma on-line o que não era muito proveitoso. O que era proposto, era na área que os mesmos trabalham, que é a área de alfabetização e letramento de alunos especiais. Alguns também informaram que fazem curso por conta própria, para que se mantenham atualizados no mercado de trabalho e para que consigam aprender novas técnicas de aulas para trabalhar com os alunos especiais.

É importante salientar que a formação continuada e os cursos de capacitação para os professores, independente da área em que os mesmos atuam, é de extrema importância, pois é ela que articula a teoria com a prática e prepara o professor para o exercício da profissão, deixando-o apto para trabalhar de forma especializada com os alunos a qual atua, já que estamos em um momento em que a formação e a informação são indispensáveis para a vida profissional do educador.

Segundo Chimentão (2006),

Sobre o professor em serviço também recaem algumas novas exigências. Mais do que nunca, o educador deve estar sempre atualizado e bem informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais. Diante deste panorama, faz-se a seguir, alguns apontamentos a respeito da ampliação do reconhecimento, da necessidade e importância da capacitação dos profissionais da educação por meio da formação continuada. (CHIMENTÃO, 2006, p.6)

Daí pode-se ressaltar, o quanto a formação continuada é importante para a vida educacional e profissional do educador e para sua profissão e para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada. Fica evidente que a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança.

O sétimo questionamento foi: Como é que as crianças aprendem em tempos de ensino remoto pela escola e mediados pelos pais?

Desde 2019 quando surgiu a pandemia do Corona vírus, todo mundo teve de se reinventar em todos os setores da sociedade, pois todos foram seriamente danificados. Com a educação não foi diferente, alunos e professores tiveram que entrar em um ritmo de trabalho totalmente diferenciado do que se era acostumado a ter no dia a dia, e as aulas passaram-se a serem trabalhadas de forma remota, colocando-os em contato direto com a tecnologia.

Quando os entrevistados foram perguntados sobre como as crianças aprenderam em tempos de ensino remoto pela escola mediados pelos pais, obtivemos as seguintes respostas: A Professora Ananda Sena respondeu que o aprendizado foi realizado através de aplicativos móveis e a escola disponibilizava apostilas impressas para os alunos. A Professora Maria Sena respondeu que foi utilizado material interativo, possibilitando intervenções diretas entre professores e alunos. A Professora Ena Nunes respondeu que “Somos todos nós nesse envolvimento escola e família, mediando este processo em tempos remotos. O planejamento é bem elaborado dentro da proposta pedagógica (BNCC) e da proposta da Educação Estadual. Depois são desenvolvidas as atividades que são entregues aos pais através de mídia ou impressas, tendo orientações por meio de aplicativo, e quanto ao processo de avaliação, ele é qualitativo, mediante as evidências enviadas ao grupo formado via WhatsApp, que é acompanhado pelo professor.”

A professora Maria Joilse Souza respondeu que seus aprendem com a ajuda da família, que o vínculo que se fortaleceu neste momento de pandemia. A professora Gleyce Franco respondeu que conta com a parceria dos familiares para o desenvolvimento das atividades. Disse que pesquisa vários materiais de acordo com a deficiência do aluno e monta as apostilas. Quanto a escola, a mesma dar o suporte para entregar este material na casa de cada aluno e por meio do aplicativo ela orienta os pais para realizar as atividades com as crianças de forma criativa e dinâmica.

A professora Alcinei Campos disse que seus alunos aprendem com muito estímulo, tanto dos pais quanto da escola. A professora Ana Cristina Mota disse que o ensino é mediado via aplicativo e conta com a ajuda dos pais e também conta com a plataforma do google meet. A Professora Kedma Brasil respondeu que seus alunos aprendem através do projeto “aula em casa”, a partir das orientações dos professores e parceria com a família. A professora Rita Teixeira Cunha e a professora Fridomar Guerreiro responderam que elaboram apostilas preparadas de acordo com cada

deficiência específica de cada aluno e utiliza o WhatsApp e que contam com a parceria da família para que o trabalho ande com seriedade.

O período da Pandemia do COVID-19, tornou-se um momento desafiador e exigente para o educador, mas exigiu acima de tudo que o educador reformulasse, além de tudo, reformulasse a sua prática no processo de ensino e aprendizagem, afim de não perder a sua essência. Acredita-se que a educação é algo transformador que pode mudar o mundo e prepara-los para o futuro, tornando-os pessoas críticas frente a um mundo tão rápido frente as mudanças por qual passamos constantemente, principalmente as tecnológicas e muitos outros impulsos que aceleram as condições sociais.

Diante de tantas mudanças oriundas do momento atual, é preciso que o professor prepare seu aluno seja ele com necessidades especiais ou não, para viver em uma sociedade exigente, estreitando as diferenças, que aprendam a respeitar-se a si mesmo e as outras pessoas, e que tenham ânsia de ter uma educação inovadora, transformadora e igualitária para todos.

Pudemos observar nas respostas dadas pelos professores, que a tecnologia foi e está sendo uma grande aliada neste momento de ensino remoto e híbrido, e que a família é uma grande aliada neste sistema, pois se não houver esta parceria seria impossível tornar o processo de ensino e aprendizagem uma realidade neste período tão difícil por qual passamos. Além disso, foi preciso que os professores se reinventassem, recriassem, ludificassem suas técnicas de ensino e a escola, ser grande parceira para que fosse possível que o aluno tivesse acesso ao conhecimento.

O oitavo questionamento foi: Como os professores estão enfrentando os dilemas impostos pelo contexto atual fazendo uso do ensino remoto? E que dilemas mobilizam suas ações?

Essa questão da entrevista nos leva a refletir sobre o impacto que o momento atual causou na sociedade atual, principalmente na educação. Os professores entrevistados foram unânimes em suas respostas, ao dizerem que o maior dilema encontrado foi o uso das tecnologias tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, principalmente dos alunos com necessidades educativas especiais. Os mesmos também ressaltaram em suas respostas que o dilema que mobilizaram suas ações, foram realmente a motivação dos alunos em aprender e a continuar a estudar, mesmo com todas as dificuldades do momento.

O momento atual exigiu mais do educador. Mais tempo estudando, preparando, planejando, reelaborando estratégias de aula, apostilas, tentando resgatar alunos, tentando buscar apoio da família, corrigindo trabalhos, avaliando qualitativamente os alunos, e buscando sempre melhores formas de se obter melhores resultados no trabalho de aula, e principalmente: Sua adaptação com as tecnologias.

Com isso, as aulas presenciais foram interrompidas, passando para um modelo diferenciado, colocando alunos e professores frente a uma situação transformadora de educação (EAD), que pode ser considerada um “arremedo de proposta pedagógica”, entendendo que:

A urgência para que os professores realizassem a transposição de seus planejamentos para plataformas virtuais conduz à reprodução pura e simples da exposição oral presencial para a repetição à distância das explicações e exercícios. É um arremedo de proposta pedagógica porque a prática educacional à distância exige que se repense a concepção de aprendizagem, da ação pedagógica, do currículo e dos próprios sujeitos do processo e não se constrói assim, de improviso (SANTANA FILHO, 2020, p. 6).

Isso nos leva a refletir que a educação no modelo remoto precisa ser mais bem preparada, pois os desafios são bem maiores e as exigências são bem mais complexas, pois o interesse do aluno em aprender deve ser despertado de forma que o mesmo não venha se desmotivar, e a escola, professores e família, são agentes responsáveis por esse processo, e por se tratar da educação especial, as exigências e o olhar deve ser mais especial ainda.

Nossa Proposta de intervenção é que as formações continuadas sejam frequentes e também por meio de construção de materiais de baixo custo acessíveis e específicos para cada deficiência, pois acreditamos que assim haverá a contribuição para a ressignificação da formação de professores da rede Estadual de Parintins para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão.

Ressaltamos mais uma vez que o compromisso do Educador é com o processo de transformação do ser Humano, proporcionando-lhes recursos para que possam através de suas potencialidades, desenvolverem a aprendizagem. Embora em algumas pessoas, a velocidade desta aprendizagem não corresponda aos padrões sociais, elas não deixam de ser humanos e o compromisso do educador continua o mesmo. Espera-se que esta ação tenha grande relevância social na concretização de

um trabalho pautado em uma hipótese inicial, estudo, reflexão e avaliação, beneficiando todos os envolvidos neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão da pesquisa intitulada “Adaptação de materiais pedagógicos e sua relação com a Educação Inclusiva, com base nas considerações citadas anteriormente durante a investigação, o uso de metodologias ativas, se fez cada vez mais necessárias, pois a inserção do aluno e família como principal responsável pela aprendizagem foram fundamentais para o êxito de toda e qualquer aprendizagem principalmente em meio a oferta desse ensino remoto.

Fato muito positivo durante a pesquisa foi observar que mesmo a escola não dispondo de materiais lúdicos suficientes para toda a demanda, foi possível identificar situações que alguns professores que participantes da pesquisa, tem a preocupação em proporcionar aos alunos momentos de prazer através do ato de brincar, fazendo com que os mesmos tivessem a oportunidade de manusear brinquedos educativos ou participarem de jogos e brincadeiras adaptadas. Assim, os alunos sentem-se capazes para desenvolver seus conhecimentos, pois estão diante de algo novo, que poderá despertar a imaginação de forma criativa.

Por outro lado, observou-se que existem professores que buscam inovar para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, procurando mecanismos para facilitar o aprendizado dos alunos, priorizando aos alunos público alvo da educação especial o ensino aprendizagem significativo.

A Educação Inclusiva representa um avanço educacional, contudo não é uma proposta uniforme. Ao contrário, é uma proposta de diversidade, haja vista que o poder de decisão sobre a inclusão (se ela é possível ou quem é capaz de se adaptar) cabe à Constituição Federal, que consagra o direito à educação. Nenhuma escola pode escolher alunos. As escolas são obrigadas por lei a aceitar todos, tenham eles necessidades especiais ou não.

Tanto a Educação Inclusiva, e conseqüentemente a adaptação curricular, vem sendo motivo de estudos para muitos pesquisadores. Há muitas leis que norteiam esta área, mas ainda falta muito para garantir que os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam respeitados e para que a exclusão deixe de existir na educação.

Ao mesmo tempo, concordamos com Ribeiro (2008), que há muito a ser realizado em termos de superação das resistências no que diz respeito ao modo como

os professores operam o conceito de inclusão escolar e o aplicam. Consideramos, ademais, que alguns avanços vêm sendo produzidos, os quais parecem estar refletindo algumas mudanças em relação ao processo de significação das necessidades educacionais especiais.

Entendemos que as formações continuadas devem se dirigir, em primeiro lugar, para a modificação das crenças dos professores em relação ao potencial dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. E o ponto de partida para as modificações nas práticas pedagógicas dos professores será promover a superação da resistência no processo de inclusão escolar.

Ao longo de todo esse processo, discutimos com os professores as concepções que regulam o conceito de inclusão e adaptação curricular, desde o ponto de vista das interações produzidas, tanto nos espaços escolares investigados quanto em um contexto histórico-cultural mais amplo.

Nosso objetivo foi partindo das abordagens teóricas que pudessem fornecer-nos um modelo explicativo, investigar, por meio das experiências relatadas, a compreensão dos participantes sobre a Educação Inclusiva.

Queremos uma Educação Inclusiva por uma escola que hospeda a diferença de cada aluno. Assim a educação irá atender as necessidades especiais sem deixar de lado os princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Enfim, esse espaço de aprendizagem de Educação Inclusiva, deve ensejar situações que possibilitem também aos professores o entendimento de que o grande desafio da escola inclusiva é buscar respostas educativas para atender aos interesses e necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F.. **Inclusão muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, Wak editora, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Políticas educacionais na pandemia do COVID-19: O que o Brasil pode aprender com o 62 | CLASSE DOMINANTE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA** resto do mundo? Disponível em: <<http://bit.do/fJLLV>> Acesso em: 01 de jun. de 2022.

BAPTISTA, C.R. (org.) **Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. São Paulo: Marquenzi & Manzini: ABPEE, 2015.

BASE NACIONAL COMUM CURRRICULAR. Ministério da Educação, 2018.
Disponível em em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 09 de jul.2022.

BEYER, H. O.. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Seção 1E, p. 39-40, 14 de setembro de 2001.

BUDEL, G. C.; MEIER, M. **Mediação da aprendizagem na educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20.09.2022

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm.
Acesso em: 20.09.2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de jul. de 2022.

CAIADO, K. R. M; GONÇALVES, T. G. G. L.; SÁ, M. A. Educação escolar no campo: desafios à educação especial. Brasília, DF: **Linhas Críticas**. v.22, n.48, p. 324-345, mai./ago. 2016.

CARVALHO, A.de L.. **Os caminhos perversos da educação**: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: Ed. Ufmt, 2005.

CARVALHO, A. R.; ROCHA, J. V.; SILVA, Vera L. L. R. Pessoa com deficiência na história: Modelo de tratamento e compreensão. In. **A pessoa com deficiência**: aspectos teóricos e práticos organização do Programa Institucional de ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais- PEE- Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

CHIMENTÃO, L. K.. **O Significado da Formação Continuada Docente**. 4 CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – Compef. Universidade Estadual de Londrina, 7 a 10 de julho de 2009. ISBN 978-87846-045-7. Disponível em:
<<file:///C:/Users/santa/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/chiment%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 13 de jun. de 2022.

CLÉTO, A. L.. **Adaptações e adequações curriculares com significações**. Canal Autismo, 11 de março de 2019. Disponível em:

<https://www.canalautismo.com.br/numero/004/adaptacoes-e-adequacoes-curriculares-com-significacoes/>. Acesso em: 03 de mar. 2022.

CRUZ, G. de C. *et al.* Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos. **Educ. rev.** (42), Artigos de Demanda Contínua, Dez 2011.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/er/a/YXgdCkm5NFTGfbJM5xy8hLM/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 19 de jun. de 2022.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1985.

FERREIRA, G. **Inclusão x Exclusão no Brasil**: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca, 2003.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIEND; COOK *apud* SANTOS, S. A. dos; MAMAKISHIMA; E A. C.; SILVA, T. G. da S.. O trabalho colaborativo entre o professor especialista e o professor das disciplinas – o fortalecimento das políticas públicas para educação especial no Paraná. **V SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE – SIPD**. ISSN 2176-139., 1990, PUCPR.

GARCIA, R. M .C. Os Conceitos de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: Jesus, D.M. (org). **Inclusão, Práticas Pedagógicas Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação 2007.

IMBERNÓN, J. (Org.). **A Educação no Século XXI**: Os desafios do futuro imediato. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

MAIA, J. B. M.; AMORIM, M. C. S.. **O Ensino Colaborativo como estratégia à Inclusão**. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso – Maceió. Outubro de 2020.

MAMAKISHIMA E. A. C. *et al.* **Fortalecimento do Trabalho Colaborativo entre o Professor Especialista (AEE) e os Professores das disciplinas**: orientações gerais e encaminhamentos para a realização da oficina Formação em Ação. Secretaria de Educação do Paraná. Paraná, 2015. Disponível em: <
https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/Froteiro_de_fortalecimento_trabalho_colaborativo.pdf&usq=AOvVaw1v7y9A35cbBpz9-sSgPSiG>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.

MINAYO, M.C. **Pesquisa social**: teoria e método. Petrópolis: Vozes.2003

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Portal Democrático de Atos Normativos de Educação. Processo nº: 23001.000334/2020-21. Brasília (DF), 28 de abril de 2020.

NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e autores, 1992.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Texto Referencia formação de professores, 2019.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais**, MEC, Brasília, 1999.

REY, F. L. G.. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: **Aprendizagem e o trabalho pedagógico**. Maria Carmem V. R. Tacca/org. 2. ed. Campinas-SP: Alínea, 2008. p. 29-44.

SCHNETZLER, R. Prática pedagógica – formação continuada. 1996, 2003.

Adaptado por Luciana Martins Maia do artigo: **Contribuições da neurociência à aprendizagem escolar na perspectiva da educação inclusiva**, de Denise Russo dos Santos. Disponível em:

<https://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/edutec/02.../artigo_denise-russo.pdf>.

Acesso em: 10 de mar. de 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Governo do Estado do Espírito Santo. **Orientação aos professores especializados da Educação Especial e equipe técnica pedagógica** - atividades pedagógicas não presenciais. Disponível em:

<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/ORIENTA%C3%87%C3%83O%20AOS%20PROFESSORES%20ESPECIALIZADOS%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EQUIPE%20T%C3%89CNICA%20PEDAG%C3%93GICA.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

SEESP/MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da**

Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

SILVA, M. O. E. da. Educação Inclusiva – um novo paradigma de escola. **Revista Lusófona de Educação**, 2011,, v.19.

SOUSA, D. R.; SILVA, R. N.; FANTACINI, R. A. F. Ensino colaborativo: benefícios e desafios. **Educação**. V. 6, p. 91-105, 2016. Disponível em:

<<https://www.intranet.redeclaretiano.edu.br/file:///C:/Users/sa/Downloads/sumario5-1.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

TORRES GONZÁLEZ, J. A.. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

UNESCO – Ministério da Educação de Ciência da Espanha –Declaração de Salamanca de Linha de Ação. Coord. Ministério da Justiça –Brasília, 1997.

VEIGA, I. **Pontos de reflexão sobre as licenciaturas interdisciplinares.** Brasília, 2015.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro, WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Salamanca: Espanha, 1994.

APÊNDICES

A – Questionário Professores

Questionário

Querido professor (a)

Este questionário faz parte de uma pesquisa no âmbito educacional do curso de Mestrado internacional em Educação da Logos University internacional, intitulada “Formação docente da rede estadual de Parintins na perspectiva da educação inclusiva”, sob orientação da prof^a. Dra. Caroline Petian.

Acadêmica: Cintia Rodrigues dos Santos.

E-mail: cintialory13@hotmail.com

Local: Escolas da Rede Estadual de Ensino do Município de Parintins.

Objetivo: Contribuir para a ressignificação da formação de professores da rede Estadual de Parintins para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão.

- 1) Qual sua formação? Há quanto tempo trabalha na área da Educação Inclusiva?
- 2) Como ocorre o processo de alfabetização e letramento de crianças com Deficiência?
- 3) Quais recursos são utilizados para o processo de alfabetização e letramento dos alunos com Deficiência?
- 4) A escola possui recursos didáticos adaptados? Quais?
- 5) Na sua concepção quais os recursos da Tecnologia Assistiva mais indicados para a aprendizagem de crianças público alvo da Educação Especial?
- 6) Quais os recursos didáticos disponibilizados na escola para o ato de alfabetizar e letrar?

- 7) Como ocorre o processo de formação contínua dos professores para o processo de alfabetização e letramento? Com que frequência? Quais os cursos propostos nesta formação?
- 8) Como é que as crianças aprendem em tempos de ensino remoto pela escola e mediados pelos pais?
- 9) Como os professores estão enfrentando os dilemas impostos pelo contexto atual fazendo uso do ensino remoto? E que dilemas mobilizam suas ações?

ANEXOS

A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Senhores Professores,

Sou mestranda do Curso de Mestrado internacional em Educação da Logos University internacional, intitulada “Formação docente da rede estadual de Parintins na perspectiva da educação inclusiva”, sob orientação da prof^a. Dra. Caroline Petian. Para isso, solicito sua autorização para participação na pesquisa. Esclareço que a participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contactar pelo telefone (92) 99390-0099 ou no endereço eletrônico, E-mail: cintialory13@hotmail.com .Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Mestrado internacional em Educação da Logos University
Internacional.

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail(opcional): _____